



FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS JOVENS



KOINONIA

Presença Ecumênica e Serviço

actaliança

RIO DE JANEIRO

FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS JOVENS



KOINONIA

Presença Ecumênica e Serviço

actaliança

RIO DE JANEIRO

Curso de Formação de Agentes Culturais Jovens

É permitida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios, sem autorização prévia dos organizadores, com a condição de mencionar a fonte.

Organizador

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Equipe de redação

Jorge Atilio Silva Iulianelli
Quiteria Maria Silva Ferreira

Revisão

Carolina Maciel Ribeiro

Projeto gráfico e capa

Giselle Pachêco

Fotos

Acervo de KOINONIA

Apoio

AIN – Ajuda da Igreja da Noruega
OD – Operasjon Dagsverk – Operação Dia de Trabalho

Realização

Programa Trabalhadores Rurais e Direitos
e-mail: TRD@koinonia.org.br

KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 – Glória – Rio de Janeiro
Tel. 55 21 30426445 – Fax 55 21 30426398

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva (org.)

Curso – Formação Agentes Culturais Jovens - Jorge Atilio Silva Iulianelli
(org.) – Rio de Janeiro: KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço, 2012.

104p; 14 cm x 21 cm

KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço. 2. Juventude. 3. Ação Cultural.
4. Educação Popular. I. Título
CDD 331.382981 (versão 1.10 CD)

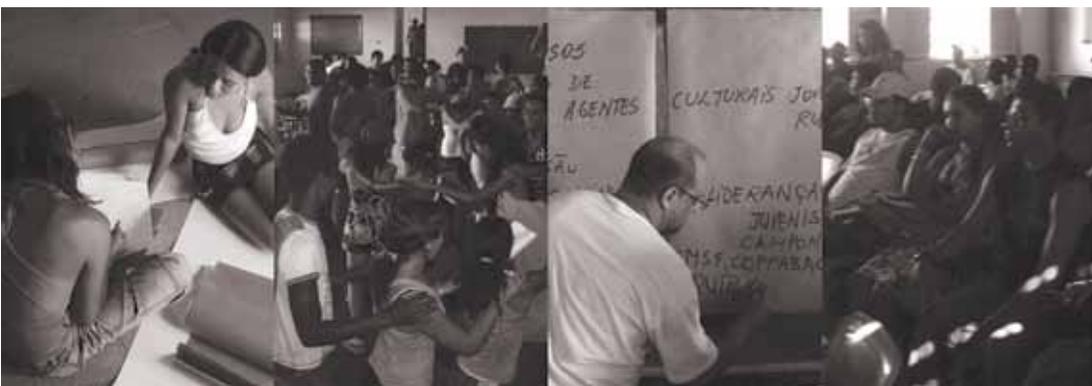
Índice

APRESENTAÇÃO	5
1ª. ETAPA DO CURSO DE AGENTES CULTURAIS JOVENS	9
1. INTEGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES	9
2. AÇÃO CULTURAL DE JUVENTUDES BRASILEIRAS	10
2.1. Para começar a conversa...	10
2.2. O que a gente quer com essa conversa?	11
2.3. Por que estamos falando em ação cultural?	11
2.4. Metodologia Geral do Curso de Formação de Agentes Culturais Jovens	12
3. CONSTRUINDO NOSSOS RETRATOS COMUNS	13
3.1. Continuando a conversa...	13
4. REFLETINDO SOBRE AS TEMÁTICAS DO CURSO	14
4.1. Porque fazer uma ação cultural?	14
4.2. Promover direitos	14
4.3. O que é a ação cultural?	17
4.4. Brasil e a juventude	19
5. PLANEJANDO AS AÇÕES CULTURAIS	23
6. AVALIANDO A ETAPA DO CURSO	26
2ª. ETAPA DO CURSO DE AGENTES CULTURAIS JOVENS	27
1. ACOLHIDA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO DA ETAPA	27
2. REINICIANDO A CONVERSA...	28
3. CONSTRUINDO PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO	29
3.1 - Ciclo do Planejamento	29
3.2 - O Processo de Monitoramento	36
3.3. As mudanças climáticas e a Justiça Ambiental (texto para leitura e estudo)	37
4. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA AS AÇÕES CULTURAIS	40
5. CONCLUÍNDO A CONVERSA	42
6. AVALIANDO A ETAPA DO CURSO	42

3ª. ETAPA DO CURSO DE AGENTES CULTURAIS JOVENS	44
1. ACOLHIDA	44
2. RETOMANDO A CONVERSA	44
3. REFLETINDO SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO	46
3.1 - O que é Avaliação?	46
4. RESGATANDO E AVALIANDO O PROCESSO EDUCATIVO E AS AÇÕES CULTURAIS	48
5. CONSTRUINDO ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E ORGANIZATIVAS	52
6. AVALIANDO E CELEBRANDO	53
ANEXOS	55
Texto 1: Diagnóstico participativo	55
Texto 2: Dhesca, direitos da juventude e justiça ambiental	62
Texto 3: Desenvolvimento rural sustentável e solidário e justiça ambiental	68
Instrumento 1: Roteiro para o Relatório do Diagnóstico Participativo do Curso de Agentes Culturais Jovens	72
Instrumento 2: Instrumento de Monitoramento dos Dhesca durante o processo de planejamento, execução e avaliação da ação cultural	75
Instrumento 3: Instrumento de Monitoramento dos Direitos da Juventude durante o processo de planejamento, execução e avaliação da ação cultural	78
Instrumento 4: Como mensurar os efeitos das ações para as mudanças climáticas?	81
CADERNO DE METODOLOGIAS	85

APRESENTAÇÃO

KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço oferece por meio desta cartilha um instrumento de trabalho para as juventudes. Com esta cartilha os próprios jovens podem, como educadores populares, desenvolver ações culturais que tenham por objetivo o desenvolvimento sustentável, justo e solidário, no campo e na cidade. Esta ação das juventudes acontece nas organizações da sociedade civil que lutam por um novo mundo possível. São organizações das juventudes e dos trabalhadores da cidade e do campo. O objetivo deste instrumento é favorecer os facilitador@s das etapas do curso e as juventudes que dele participem e possam se apropriar da capacidade crítica e atitude transformadora para a promoção dos direitos à cidade, direitos ambientais, direitos das juventudes, numa expressão dos direitos humanos.



Esta cartilha está dividida em três capítulos, correspondentes aos três módulos do curso. No primeiro, se discute o que é ação cultural contextualizada, o que é direitos humanos. Além disso, propõe uma orientação metodológica para a construção de uma ação cultural. No segundo capítulo, se discute a elaboração de um projeto para a realização de uma ação cultural. Há uma reflexão

sobre os elementos constitutivos do ciclo de planejamento, com o reforço da perspectiva do monitoramento e da promoção de direitos. O terceiro capítulo discute o significado da avaliação no ciclo de planejamento, como um momento de socialização de aprendizagens e resultados. Nele se identificam os meios de captação dos efeitos gerados por uma ação cultural, entre as juventudes que realizam este processo educativo e na comunidade que interage com essas juventudes.

A cartilha possui anexos e subsídios que favorecem a realização do curso e das ações culturais. Como toda ação cultural é comunitária, há orientações para a realização de um minidiagnóstico participativo. Também se encontram instrumentos para o monitoramento de direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Outro anexo é um caderno de dinâmicas, especialmente para os jovens facilitador@s – trata-se de um conjunto de exercícios que promovem a participação integrada e a reflexão sobre as práticas.

É isso aí, boa leitura!



REALIZAÇÃO



KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço é uma organização ecumênica, brasileira, que atua em diferentes regiões do Brasil em processos de formação de lutadores por direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

www.koinonia.org.br

APOIO



KIRKENS NØDHJELP
actalliance

Ajuda das Igrejas da Noruega (AIN) é uma organização das igrejas norueguesas de apoio mundial à promoção de direitos.

www.nca.no



**OPERASJON
DAGSVERK**

Operação Dia de Trabalho (OD, em norueguês) é uma campanha nacional, desenvolvida por estudantes noruegueses para apoiar organizações de promoção de direitos em todo o mundo.

www.od.no



1ª. ETAPA DO CURSO DE AGENTES CULTURAIS JOVENS

1. INTEGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os facilitador@s do curso inicialmente se apresentam para o público dizendo o nome do curso, e apresentam o objetivo geral do curso. Em seguida, fazem um levantamento das expectativas dos participantes e avaliam com eles a proximidade e a distância que têm em relação ao objetivo geral.

Após esse momento de apresentação do curso, inicia-se a apresentação d@s participantes. Os facilitador@s dizem o próprio nome e a entidade na qual estão vinculados e daquelas que estão organizando o evento. Então, convidam tod@s a formarem uma grande roda e, falando do significado da roda, coordenam uma técnica de apresentação e integração d@s participantes que permita a construção do perfil do grupo.

Podemos utilizar a técnica das rodas d@s identidades, na qual se chamam para o centro da grande roda, @s participantes e formam pequenas rodas para a construção do perfil. As pequenas rodas podem ser:

- » Roda por Sexo: homens e mulheres;
- » Roda por idade: de 13 a 16 anos; de 16 a 20 anos; de 21 a 25 anos; de 26 a 32 anos;
- » Roda por ocupação: Quem trabalha e quem não trabalha? Dos que trabalham quem tem carteira de trabalho (CTPS) assinada? Trabalham em que atividade?;
- » Roda do grau de instrução: Até 5º ano; do 5º ao 9º ano;

cursando ensino médio; quem já concluiu o ensino médio e cursando universidade;

- » Roda da inserção social: quem participa de movimentos e entidades e quem não participa; dos que participam quais as organizações: grupo jovem? Sindicato? Associação? Cooperativa? Pastorais? Etc.;
- » Roda das etnias: roda de quem se identifica como negro, indígena, branco;
- » Roda das religiões: evangélicos, católicos, espíritas, candomblé, ateus, outros.

Obs.: Ao invés da dinâmica da Roda, pode ser usada outra – ver no Caderno de Metodologias.

Para concluir este momento, @s facilitador@s apresentam as organizações de referência para o curso naquele município, ou naquela região, a saber, KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço e demais parceiros, incluindo as organizações locais.

2. AÇÃO CULTURAL DE JUVENTUDES BRASILEIRAS

2.1. Para começar a conversa...

Vocês já devem ter participado de cursos de formação. Nesses cursos, em geral, a gente procura compartilhar informações que nos levem a poder compreender melhor a nossa situação presente e que nos instigue a agir em nossa realidade. A nossa ação pode ser para construir uma situação diferente e melhor daquela que nos encontramos nesse momento. Por isso, pode parecer que a proposta desse curso de Multiplicadores Jovens de

Ações Culturais não é exatamente inovadora. Não tenham muita preocupação com isso! Afinal, podemos construir uma visão da nossa realidade e uma ação para melhorá-la fundamentados em experiências anteriores.

2.2. O que a gente quer com essa conversa?

Primeiro, a gente quer organizar um conjunto de informações que permita cada uma das pessoas jovens, participantes desse processo, nuclear outros jovens na própria comunidade para realizar; com a comunidade/bairro um diagnóstico das situações locais e construir ações a partir desses diagnósticos.

Em segundo lugar, a gente pretende que os jovens possam estabelecer o “jeito” em que o diagnóstico, o planejamento, as ações e as avaliações das ações irão acontecer.

Em terceiro lugar, a gente pretende que essas ações construídas sejam uma ação cultural das juventudes para a promoção de direitos (à cidade, a um meio ambiente sustentável, às demandas das juventudes).

2.3. Por que estamos falando em ação cultural?

Porque, na nossa perspectiva, estamos realizando um processo centrado na criatividade e no modo de ser e de se comportar da juventude, no seu espaço próprio, do seu jeito, como construção.

Então, é isso. Essa nossa conversa pretende ajudar a construir ações a partir de nossa inserção local, na nossa comunidade, no nosso bairro, nosso assentamento ou acampamento. E o município? E a região? E os Estados? E o Brasil? E o Mundo? Calma!

Nós vamos precisar nos articular em redes de jovens que façam essas experiências locais como forma de expressão de uma vontade coletiva e que façam com que os interesses coletivos estejam presentes em nossa ação local.

Por isso, nossa experiência vai, também, lidar com uma temática transversal que é agir para afirmar, promover, reparar e garantir nossos direitos humanos. Direitos que são econômicos (trabalhar, usufruir dos frutos do trabalho, etc); sociais (constituir família, ter acesso à educação, ao lazer, etc); culturais (afirmar nossa identidade, nossa raça e etnia, nossa orientação sexual, nossa religião, etc) e ambientais (agricultura que não agrida ao meio-ambiente, promoção de aterro sanitário, acesso ao saneamento básico, etc). E dessa forma, promoveremos, também, e especialmente os direitos da juventude e o desenvolvimento rural sustentável, justo e solidário.

2.4. Metodologia Geral do Curso de Formação de Agentes Culturais Jovens

O Curso será realizado em três etapas nas quais iremos fazer o seguinte percurso metodológico:

1ª etapa: Refletir sobre o que é uma ação cultural e o significado do espaço dos jovens e da identidade das juventudes para a vida. Também vamos trocar idéias de como fazer uma ação cultural e construir os primeiros passos das ações culturais que serão desenvolvidas nos grupos de base nas comunidades e municípios;

2ª etapa: Refletir sobre instrumentos de construção de um processo de Diagnóstico Participativo, Planejamento, Monitoramento e Avaliação, e debater sobre ação cultural em rede. E, por fim, aprimoraremos o planejamento das ações culturais que foram iniciadas na 1ª etapa;

3ª etapa: Avaliar todo o processo do curso de multiplicador@s e construir um modelo político-pedagógico de formação para ação permanente. Um modelo que perceba o processo - diagnóstico, planejamento, ação, avaliação e celebração. Além disso, que sirva de subsídio para outras ações multiplicadoras.

Esta é a proposta e esperamos contar com vocês em todo o processo.

3. CONSTRUINDO NOSSOS RETRATOS COMUNS

3.1. Continuando a conversa...

Vimos na apresentação que viemos de lugares diferentes. Vivemos nossa infância e adolescência contemplando várias paisagens e convivendo com diversas pessoas. Portanto, somos jovens, com marcas e heranças culturais, estabelecidas na relação com as pessoas e com a natureza. Mas, que mundo é este que estamos falando? Como a juventude está inserida? Vamos conversar um pouco sobre isto?

Para continuar a conversa tratando de nossa realidade vamos fazer um trabalho de grupo e fazer uma oficina de leitura do texto adiante. Após a leitura e conversa sobre o texto, cada oficina produzirá uma FOTOGRAFIA do lugar que vive para complementar nosso álbum de retrato. Vamos iniciar as oficinas?

- » Divisão dos grupos por proximidade geográfica ou características comuns do lugar em que vivem;
- » Oficina de leitura do texto nos pequenos grupos, texto em anexo.

4. REFLETINDO SOBRE AS TEMÁTICAS DO CURSO

Agora vamos refletir sobre o TEMA CENTRAL desta etapa do nosso curso. Para isto, faremos coletivamente uma leitura dinâmica do texto, a seguir:

4.1. Porque fazer uma ação cultural?

Vamos construir coletivamente ações sociais. Essas ações terão um impacto em nossa vida pessoal e na vida de nossa comunidade. Eles serão frutos da rede de relações que estabelecemos no nosso dia a dia com as nossas famílias (mães, pais, irmãs, irmãos, tias, tios, primas, primos, etc.) e com as nossas vizinhas e vizinhos, relações que nascem dos nossos envolvimento em processos produtivos (agricultura, serviços, etc.); educacionais (cursos, escola, etc.) e sociais (bailes, clubes, bares, igrejas, etc.).

Todas essas relações do dia a dia estão banhadas de cultura. A cultura é igual à água para o peixe: ele não a percebe, mas não vive sem ela. Não a percebe claramente porque está mergulhado e banhado nela. Não vive sem ela porque ela é necessária para a sua sobrevivência. Então, cultura não tem a ver apenas com escolarização. Todo mundo tem cultura: engenheiros agrônomos e camponeses são tão cultos uns quanto os outros, gente que vive na cidade e gente que vive no campo tem tanta cultura uns quanto os outros.

4.2. Promover direitos

Nossa ação, como agentes culturais transformadores é afirmadora de direitos. O direito mais fundamental e elementar é o de estar vivo e usufruir de uma vida com dignidade. Para isso, a gen-

te quer que as nossas necessidades sejam atendidas. Quais necessidades? Todo mundo precisa de alimentação saudável, água potável, acesso ao trabalho produtivo, habitação, atendimento preventivo e curativo da saúde, atendimento educacional, afirmação da identidade cultural, um meio ambiente que não ameace à vida (humana, animal e vegetal) e, também, divertimento e lazer. Essas são algumas das necessidades fundamentais.

Para que essas necessidades sejam atendidas é necessário que a sociedade esteja organizada, mobilizada e possa construir os meios para que esses direitos sejam assegurados. O não atendimento a essas necessidades é uma violação de direitos. Para que aquelas necessidades sejam atendidas, precisamos estar no gozo do direito de ir e vir, de formar grupos sociais de pressão, de se associar livremente, de ter assegurada a integridade física, de não ser discriminado por cor, raça, gênero, opção sexual, condição social e crença religiosa, filosófica ou ideológica.

O primeiro grupo de necessidades corresponde a alguns dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. O segundo grupo corresponde a alguns dos direitos civis e políticos. Esses direitos são interdependentes e equivalentes, ou seja, eles valem todos em conjunto e igualmente.

Os direitos humanos são um meio de tornar o Estado e a sociedade responsáveis diante da realidade de indivíduos e grupos sociais vulneráveis e das futuras gerações: há muitas situações atuais de insegurança em relação à realização dos direitos e há o risco de não garantirmos o usufruto futuro dos direitos. Por isso é necessário que:

- » Procuremos tomar de conhecimento público o conjunto dos direitos humanos;
- » Usemos como termos de referência esses direitos para compreendermos nossa situação social;
- » Lutemos para incluir a realização desses direitos nas agendas políticas dos municípios, estados e União;
- » Procuremos mobilizar o maior número de pessoas e organizações sociais para que esses direitos se tornem realidade.

Por isso, precisamos construir com as nossas organizações comunitárias meios de identificação das violações dos direitos humanos nas situações típicas de trabalho dessas organizações - por exemplo, uma situação social que é provocada por falta de uma política pública que impede o acesso ao trabalho é uma violação de direito econômico, ou uma situação social na qual as pessoas deixam de ter acesso à água potável por falta de uma política pública de abastecimento hídrico é uma violação de direito econômico.

A comunidade deve ser orientada a documentar as violações de direitos humanos para divulgá-las nacional e internacionalmente. Isso deverá permitir que se articulem as demandas de direitos humanos, nacional e internacionalmente.

Para isso, existe uma REDE de defensores dos direitos humanos, no Brasil e nos estados. Exemplo: no Submédio São Francisco existe o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, vinculado ao Pólo. Nacionalmente, há o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, que pode ser contatado.

4.3. O que é a ação cultural?

A cultura está no nosso modo de ser, de se comportar, de se vestir, de festejar e de celebrar. Nossas ações sociais são marcadas por nossa cultura. Cada comunidade humana constrói um modo de ser próprio, particular, cultiva valores que outras comunidades não cultivam; histórias, tradições, festejos e celebrações. Essa particularidade se revela no modo de assumir o mundo do trabalho e, também, no modo com o qual se valorizam as relações entre os sexos, o respeito às diferenças de gênero, geracionais e étnicas. É a valorização dos processos de aprendizagem!

A cultura é o conjunto de tradições e de imaginação criativa das comunidades. É também o conjunto de processos de aprendizagem, informais – como esse curso, por exemplo, – e formais – como a escolarização. Todo mundo tem cultura. Ninguém é ignorante em relação à própria cultura.

A ação cultural nasce da valorização do espaço local como o ambiente privilegiado da cultura. Cada agente cultural cria em sua comunidade uma forma de atuação que é mobilizadora. Todo ser humano é mobilizador. Mobiliza as pessoas que estão ao seu redor. Quando a gente faz aniversário, muitas vezes, as pessoas comemoram em casa, chamam os amigos, os parentes fazem festa. Festa do santo na cidade, muita gente, missa na igreja, festa na rua. Mês de junho, festa junina. Dentro da escola, muitas vezes, as professoras e os professores, e por vezes, as alunas e os alunos promovem ações coletivas, como torneios desportivos ou feiras de ciência. Falta alguma coisa para a vida ser feliz? Em resposta a isso, por vezes, as pessoas se organizam e mobilizam para reivindicar o que é direito. Há muitas formas de mobilização!

Essa mobilização sempre acontece por algum motivo. Sem motivação não há mobilização. As pessoas não costumam ficar

juntas para fazer nada, e quando o “fazer nada” é coletivo, já não é mais “fazer nada”, mas é fazer junto alguma coisa.

A ação cultural é uma mobilização das pessoas, uma mobilização coletiva que se dá a partir de alguma motivação. O que significa que a ação cultural tem uma motivação? Que ela atende a alguma necessidade da localidade. O diferencial em nossa proposta é que essa ação cultural deve promover direitos e um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Os agentes culturais promovem a partir dos modos culturais da localidade, atendendo a necessidades e direitos, que motivam às pessoas, para construir uma ação coletiva.

A ação cultural acontece de várias formas. Pode ser uma roda de conversa, uma festa, um círculo de leitura, uma peça teatral, um cineclube, uma horta comunitária, um festival da juventude. Por meio dela as pessoas se dão conta de situações e provocam atitudes e ações, porque são fruto de um processo de muita conversa coletiva. Ação cultural é um modo de atuar que parte das possibilidades motivadoras locais para construir ações locais...

Para conversar:

- » Você conhece alguma ação cultural que já houve no seu município? Em caso afirmativo, conte como foi? O que mais gostou? Quais dificuldades notou?
- » O que você acha de ser um agente cultural? Quais as características que teria um agente cultural?

- **Roda de conversa em plenário:** breves falas d@s participantes.

- Facilitad@r elabora, com o grupo, a síntese da conversa.

4.4. Brasil e a juventude

O Brasil é um país imenso e diverso. Nossas realidades regionais e locais, assim como, as identidades dos grupos sociais têm diversidades muitas. As identidades de gênero, étnica, etária, de opção sexual, dentre outras são socialmente construídas e lidam com a desigualdade social que se afirma por meio de relações sociais (trabalho, educação, atendimento à saúde). Ao fim e ao cabo, temos um país rico pelas diferenças e perverso pelas desigualdades. Juntamente com as desigualdades há muita intolerância criando cenários de exclusão social que afeta, de forma mais angustiante, às juventudes. Este texto curto irá apresentar alguns cenários que afetam as juventudes nas cidades e no campo, chamando a atenção para a contribuição da juventude com a superação das desigualdades.

Só para reafirmar, juventude não é uma categoria que se afirma por uma determinada faixa de idade. É um ciclo de vida no qual as pessoas estão se afirmando por sua condição. Neste ciclo de vida as juventudes constroem valores sobre relações familiares, trabalho, opção sexual, etc e se afirmam em ações sociais de interação e sociabilização, constituindo redes sociais de inserção no mundo. Estas relações e formações de valores são condicionadas pelas características socioeconômicas das juventudes – origem social, renda familiar, desenvolvimento regional, etc. Por outro lado, a partir de 1994, demograficamente ocorreu a onda jovem, a presença social e demográfica dos jovens se tornou numericamente mais relevante na sociedade brasileira. Em 2000 havia 47 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos (para o governo brasileiro, assim como para a OMS esta é a faixa etária da juventude). Em 2010, quando houve o maior pico dessa faixa etária, o grupo cresceu para 51 milhões de jovens, conforme o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

Há algumas informações gerais sobre esses jovens no Brasil que

mostram o perfil médio dessa juventude. Para os dados que seguem a base é a PNAD de 2007 onde 30,6% dessa juventude é pobre, ou seja, a família tem renda média de até meio salário mínimo, 53% dos jovens pobres são mulheres – ou seja, embora haja uma distribuição equitativa entre mulheres e homens jovens (50%), entre os pobres, as mulheres são maioria. A maior parte dos jovens pobres (51,7%) vive no Nordeste, sendo que 19,3% dos jovens pobres nordestinos vivem nas áreas rurais. A maioria dos jovens pobres é afrodescendentes (70,9%). As desigualdades entre os brancos e os negros jovens no Brasil são ainda mais evidentes ao olharmos alguns setores da vida social.

No campo da educação, a maioria dos jovens, 15 a 29 anos, dos 6,8 milhões de analfabetos, 71,6% é negra – conforme o 2º Relatório Anual das Desigualdades Raciais (UFRJ). Em que pese haver uma redução da taxa de analfabetismo no Brasil entre 1996-2007, este é ainda um grande desafio para a juventude. O acesso da juventude afrodescendente ao ensino médio e ensino superior também é desigual. Em relação à saúde pública, permanece o dado que a principal causa de morte da juventude é a violência letal, provocada por causas externas (armas de fogo, sobretudo). Enquanto os jovens, de 15 a 29 anos, brancos têm uma taxa de mortalidade por homicídio em 63,9 por 100 mil; os jovens negros têm essa taxa em 135,3 por 100 mil (Dados do SIM/SUS, de 2006). Considerando apenas os jovens entre 18 a 24 anos, a taxa entre os jovens negros, é duas vezes maior que a faixa entre os jovens brancos, sendo 163,1 por 100 mil.

Outra expressão dessa desigualdade é a intolerância religiosa. O Brasil é marcado por profunda diversidade religiosa, marca da riqueza espiritual da nação brasileira, com diferentes religiões indígenas ou de origem indígena, de matriz africana, espírita, dos imigrantes do oriente e do pluralismo do cristianismo (católico-romano, evangélico-protestante, pentecostal e neopentecostal). Com essa diversidade, dada a hegemonia do branco, macho, ocidental não era

de se esperar que inexistissem intolerâncias religiosas diversas, em especial e mais marcante contra as religiões de matriz africana. Essa intolerância desafia às juventudes, que no Brasil, como na América Latina, têm se afirmado religiosa. No Brasil, a intolerância religiosa levou à criação do Dia Nacional contra a Intolerância Religiosa (21 de janeiro, Lei 11635/2007) e do Comitê da Diversidade Religiosa, ligado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do governo federal.

A novidade no cenário nacional é a maior articulação entre os jovens que lutam por direitos. Isto faz com que emerja uma nova compreensão da juventude como sujeitos de direitos. Os jovens têm diversas articulações no campo político e cultural e passam a exercer pressão e controle social sobre os governos para que eles exercitem políticas públicas que corrijam aquelas situações de desigualdades elencadas acima. Os jovens descobrem que, criando suas articulações locais, para exercer direito a cultura e lazer, esporte e educação, acesso à saúde pública, segurança e trabalho, controle social do meio ambiente, assegurando uma ecologia sustentável onde vivem, podem fazer a diferença. Usam para isso as redes sociais e os meios eletrônicos (computadores, celulares), como meio de interação, mobilização e criação de mudança. Mais que isso, passam a participar de conselhos municipais, estaduais e nacionais de controle das políticas públicas de juventude.

Existe o site com a disponibilidade do Guia de Políticas Públicas, em PDF (a primeira foto que aparece é da Tatiana Ribeiro, conselheira do Conjuve, pela REJU):

<http://www.juventude.gov.br/guia/guia-de-politicas-publicas-de-juventude-1>

O site da Rede Ecumênica de Juventude (REJU) tem boas informações sobre juventude: <http://www.redeecumenicadajuventude.org.br/>

O Inter-redes juventudes do Nordeste também é um espaço virtual com informações relevantes:

<http://www.redeecumenicadajuventude.org.br/>

O Brasil é um país imenso e com muitas diferenças: econômicas, sociais, culturais, políticas e religiosas. Em um país com tantas diferenças o mundo rural também apresenta diversidades significativas.

Então. Que tal a gente compartilhar saberes sobre a realidade do mundo rural e da juventude, a partir do nosso lugar?

Vamos construir outra fotografia para compor nosso álbum de retrato?



O educador/a orienta os participantes das oficinas para depois da leitura do texto, dar os seguintes passos:

- » Conversar nas oficinas sobre a vida e o lugar de cada um;
- » Construir um cartaz com desenhos que retrate a realidade da agricultura e da juventude sertaneja do local (fotografia);
- » Apresentar no plenário o resultado das oficinas: mostrando as fotografias;
- » Plenária: socialização e debate;
- » Síntese de aprofundamento da temática.

5. PLANEJANDO AS AÇÕES CULTURAIS

A tarefa final desta etapa do curso é iniciar o planejamento de uma ação cultural para ser realizada em cada comunidade ou município com a Juventude.

Na próxima etapa vamos iniciar resgatando os passos construídos da atividade como também aprofundar a discussão sobre planejamento, monitoramento e avaliação.

Então, cada participante vai escolher uma comunidade para desenvolver uma ação cultural. Porém, para que vocês, sozinhos ou em grupos, escolham a ação cultural que vão desenvolver, é importante observar os seguintes critérios:

- » **Critério 1:** valem ações que forem capazes de juntar e motivar jovens a construir juntos a ação;
- » **Critério 2:** valem ações que tenham como foco a melhoria da qualidade de vida, a luta em torno dos direitos da juventude camponesa;
- » **Critério 3:** valem ações que tenham caráter multiplicador ou que envolva outras organizações (igrejas, escolas, sindicatos, associações etc.);
- » **Critério 4:** valem ações que resgatem a memória das lutas sociais e apontem para uma nova luta social;
- » **Critério 5:** valem ações que tiverem impacto na relação d@s agricultor@s com o MSTTR e outros movimentos sociais;
- » **Critério 6:** valem ações que tornem possíveis políticas públicas no município e/ou na região.

Agora, vamos nos reunir em grupo e pensar um pouco sobre o processo de construção da atividade, a saber:

Município/Comunidade	
Tipo de Ação Cultural	
Objetivos gerais	
Responsáveis pela coordenação	

- » Apresentação das sugestões das Ações Culturais;
- » Intervenção do/a educador/a: facilitando a definição melhor do quadro das Ações Culturais que serão realizadas.

Agora que já escolhemos as ações culturais temos que ter elementos comuns para nortear o planejamento das mesmas. Portanto, a TAREFA de vocês até a 2ª ETAPA DO CURSO será de construir um DIAGNÓSTICO da realidade local, que servirá de subsídio para planejar os próximos passos das ações.

Para construção do DIAGNÓSTICO vamos seguir o ROTEIRO abaixo:

1) Perfil da juventude de sua comunidade:

- » Faixa etária;
- » Grau de escolaridade;
- » Atividades profissionais;
- » Formas de se divertir (lazer);
- » Organizações que participam (verificar percentual de inserção)

2) Principais problemas que afetam a vida da comunidade e dos jovens dessa comunidade;

3) Formas de enfrentamento desses problemas por organizações da comunidade, com destaque para aquelas de juventude;

4) Principais Potencialidades dessas organizações e da juventude.

Há um texto sobre diagnóstico participativo com um modelo de roteiro de relatório para o mesmo. Também se deve usar o instrumento de monitoramento dos Dhesca (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) e dos Direitos da Juventude para a realização do diagnóstico. Na 2ª etapa os conteúdos serão de Planejamento e Monitoramento. Nela daremos continuidade ao planejamento das ações culturais.

6. AVALIANDO A ETAPA DO CURSO

Pois bem, estamos chegando ao final desta etapa. Nossa última tarefa é avaliar este processo que vivenciamos até o momento. Vamos fazer isto, construindo outra FOTOGRAFIA, que expresse a resposta das seguintes questões:

- » Com que sentimento eu saio desta etapa?
- » O que destaco como coisas boas?
- » O que destaco como coisas que devem melhorar?

Após a socialização das fotografias, encerramos a etapa, com um abraço coletivo e cantando uma canção que expresse o sentimento coletivo.

Ficamos por aqui, até a próxima etapa!

Tarefas para serem realizadas até a próxima etapa:

- Realizar o diagnóstico participativo na comunidade, no bairro;
- Combinar os dias para realizar o estudo dos temas;
- Aplicação dos instrumentos de monitoramento de direitos.

2ª. ETAPA DO CURSO DE AGENTES CULTURAIS JOVENS

1. ACOLHIDA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO DA ETAPA

Os facilitador@s acolhem tod@s na roda com uma música de boas vindas e seguem convidando para serem acolhidos no centro da roda os presentes, por comunidade/município. Cada grupo acolhido agradece e apresenta sua motivação para essa etapa com uma expressão própria de sua região (poesia, gesto, cordel e etc). Caso seja necessário, ao fim das acolhidas e apresentações, é importante chamar a atenção para eventuais ausências ou renovação de presenças no grupo.



2. REINICIANDO A CONVERSA...

Na última vez em que nos encontramos tivemos muitas conversas e combinamos realizações. Demos os primeiros passos para realização de ações culturais com a juventude.

Vamos lembrar quais ações culturais combinamos realizar?

Município/Comunidade	
Tipo de Atividade Cultural	
Objetivos gerais da atividade	
Responsáveis pela coordenação	

Facilitad@r apresenta o quadro acima que foi preenchido pelos participantes como tarefa da etapa anterior. Por meio dele resgata as propostas de ações culturais idealizadas.

Nesta etapa vamos retomar a conversa e detalhar melhor o planejamento das nossas ações culturais. Para fazer isso vamos seguir alguns passos:

- » Registrar os elementos do diagnóstico que fizemos na comunidade;
- » Debater o significado do PLANEJAMENTO e os passos que ainda são necessários para realizar as ações culturais;
- » E, ainda, discutir o que é e qual a importância do monitoramento das ações planejadas.

E então, vamos recomeçar nossas tarefas?

3. CONSTRUINDO PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO

3.1 - Ciclo do Planejamento

Para iniciar nossa conversa, vamos primeiro saber o que cada um de vocês sabe de Planejamento. Para vocês, o que é planejamento?

- » @s facilitador@s registram as idéias no quadro e incentivam a conversa para construir elementos comuns sobre o significado de Planejamento;
- » Em seguida, conduzem a técnica dos ciclos (realidade, desejo, futuro) para fixar a idéia e a importância do planejamento.

Facilitad@r: Para fazer a técnica dos ciclos, o grupo deve ser subdividido. Em cochicho o pessoal deve debater e apresentar criativamente os três momentos abaixo descritos:

REALIDADE: É a indicação de como está a situação agora, e o que na situação reclama uma ação cultural transformadora, que tornará aquela realidade melhor. Ou seja, trata-se de indicar a REALIDADE COM OS SEUS PROBLEMAS.

DESEJO: É a indicação de como pretendemos ter a realidade alterada, em sua nova configuração, depois da ação cultural transformadora que realizaremos. É o nosso OBJETIVO SUPERIOR.

FUTURO: É a indicação de como a realidade ficará após a realização da ação cultural transformadora. Ou seja, é aquilo que temos condições de realizar de fato, a nossa META.

Pois bem! A nossa reflexão e o exercício servem para que a gente compreenda que PLANEJAMENTO É:

- » Um instrumento importante de trabalho que ajuda a não improvisar, mas a pensar as ações com começo, meio e fim;
- » Um processo de construção coletiva, onde as pessoas que planejam participam do processo. Portanto, "planeja quem executa e executa quem planeja".

Portanto, Planejar é "preparar-se para a viagem, para a jornada em direção ao que queremos". Por isto, um processo de planejamento envolve definir rota, caminhos e objetivos.

Vamos aprofundar um pouco mais essa reflexão conhecendo o ciclo do planejamento.

- Facilitad@r orienta a leitura coletiva no plenário dos passos abaixo:

O CICLO DO PLANEJAMENTO

Para uma ação cultural acontecer é preciso saber:

1. Identificar os problemas e as necessidades;
2. Avaliar as capacidades e a potencialidade;
3. Definir o objetivo a atingir;
4. Decidir as ações que realizaremos;
5. Fazer um plano de trabalho e uma lista dos recursos necessários;
6. Construir meios de monitorar e avaliar com eficácia;

7. Realizar o projeto;
8. Interpretar os resultados.

COMO FAZEMOS ISSO PASSO A PASSO?

No primeiro passo, @ facilitad@r provoca a leitura e discussão coletiva dos momentos deste passo:

1º PASSO: Como identificar os problemas e as necessidades?

a) A primeira coisa é saber qual a nossa situação comum, o que compartilhamos imediatamente, quais os problemas da juventude: falta de trabalho, alcoolismo, drogas, violência, falta de crédito para plantar, poluição, feiúra do lugar. Quais são as situações?;

b) Em continuidade, deveria ser visto quais as principais causas dessas situações, para que a ação cultural trabalhe sobre ela;

c) Em seguida, podemos elencar quais as formas de enfrentamento dos problemas que a própria juventude e a comunidade vêm construindo;

d) Depois eleger as necessidades prioritárias dos jovens e os meios necessários para atendê-las (isso ficará claro a partir da lista dos problemas).

Exemplo:

(a) um problema forte para a juventude pode ser a violência letal (aquela que mata) entre a juventude;

(b) Isso pode ser causado por envolvimento da juventude com alcoolismo ou uso abusivo de drogas. Isso pode estar ligado à ausência de ocupação ou lazer;

(c) Na comunidade existem grupos que promovem inserção d@s jovens no mercado de trabalho e que produzem iniciativas culturais com a juventude;

(d) Como consequência, nossa ação promoverá ou ocupação, ou lazer, ou ambas as coisas.

O grupo poderia dar outros exemplos?

2º PASSO: Como avaliar as capacidades e potencialidades?

Depois de definirmos os problemas e as necessidades, temos que verificar as capacidades e o potencial, dos próprios jovens e nosso, para enfrentar a necessidade.

Podemos então nos perguntar sobre as nossas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças:

Força	Tudo o que nos anima
Oportunidade	Apoios externos e talentos internos
Fraqueza	Aquilo que temos que pode atrapalhar diante da necessidade
Ameaças	Desafios externos ao grupo que dificulta a ação diante da necessidade

Uma boa parte dessas informações nós já levantamos quando realizamos o diagnóstico na comunidade. A nossa tarefa agora é sistematizar as informações do diagnóstico que fizemos para darmos continuidade às outras etapas do ciclo do planejamento.

- » Facilitador faz a divisão dos grupos de trabalho por municípios deste ponto em diante;

- » Orienta a construção dos 2 (dois) quadros sínteses abaixo, a partir das informações que foram coletadas nos municípios (tarefa da 2ª. etapa - diagnóstico com as questões abaixo).

Quadro do perfil dos jovens:

Município Comunidade	
Faixa etária	
Grau de escolarização	
Em que trabalham	
Formas de se divertir	
Organizações que participam	

Quadro da realidade dos jovens:

Município / Comunidade	
Problemas prioritários	
Formas de enfrentar os problemas	
Potencialidades	

Também devemos olhar como os Dhesca (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) e os Direitos da Juventude estão sendo implementados ou violados em nossas comunidades.

Diante disso, frente a esse panorama vamos ter clareza se podemos ou se teremos que antes preparar o caminho para dar continuidade ao planejamento de nossas ações culturais.

É bom lembrar! Quem não pode com o pote, não mete a mão na rodilha!

3º PASSO: Como definir o objetivo?

Agir sem saber o que se quer com a ação é a pior coisa. É importante que o objetivo seja comum a toda a equipe. E ainda, que o objetivo da ação cultural consiga mobilizar @s jovens. Não adianta querer realizar uma ação se não há um acordo ou motivação.

O objetivo é justamente a resposta aos problemas e necessidades. Com os objetivos indicamos os nossos desejos, que queremos alcançar por meio da nossa ação.

Então, vamos definir ou reorientar os OBJETIVOS das nossas ações culturais?

Devemos recordar que há um conjunto de critérios que não podemos deixar de considerar para a realização de nossas ações culturais. (Facilitad@r solicita a leitura da página).

Facilitad@r orienta o cochicho por município para complemento do quadro abaixo, a partir das definições anteriores:

Município / Comunidade	
Tipo de ação cultural	
Objetivos da ação cultural	

4º PASSO: Plano de Ação

Sabendo o que queremos alcançar, fica mais fácil pensar no que vamos fazer para alcançar essa finalidade. Então, vamos concluir o Planejamento das nossas ações culturais elaborando o Plano de ação.

- » Facilitad@r dá as orientações gerais na plenária;
- » Solicita que @s participantes retornem aos cochichos para concluir o planejamento da ação cultural, conforme quadro abaixo:

Município Comunidade	
Tipo de Ação Cultural	
Objetivos da Ação Cultural	
Atividades	
Prazos	
Recursos Necessários	
Responsáveis	

Não esquecer:

“Planeja quem executa e executa quem planeja”. Portanto, este planejamento é para ser executado até a próxima etapa do curso.

3.2 - O Processo de Monitoramento

» Como monitorar as Ações Culturais?

Decidindo o que pretendemos e como vamos atingir, precisamos escolher, então, os meios pelos quais vamos acompanhar o processo. Daí, porque estamos falando da necessidade de monitoramento das ações culturais.

- » **Monitorar** quer dizer registrar, então temos que escolher as formas de registro da ação: relatórios escritos, fichas de avaliação das pessoas que se beneficiam com a ação, fotos das etapas de realização da ação, verificação se ao concluir a ação beneficiamos as pessoas que dissemos que íamos beneficiar;
- » **Monitorar** é na verdade, acompanhar constantemente o andamento das atividades e seus resultados. E fazer com que as pessoas envolvidas percebam que seu trabalho tem um propósito e se sintam-se motivadas para acompanhar o processo e a evolução das ações.

Então não podemos esquecer que monitoramento enfoca o processo periódico do trabalho planejado. Portanto, o monitoramento é feito do início ao fim do planejamento.

Para o monitoramento da ação cultural também se deve utilizar o instrumento de monitoramento dos Dhesca (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) e dos Direitos da Juventude e Justiça Climática.

3.3. As mudanças climáticas e a Justiça Ambiental (texto para leitura e estudo)

O enfoque que se privilegia nas discussões sobre degradação ambiental é colocado sobre as relações de mercado. Tanto o modo de produção, baseado na economia do combustível fóssil, o petróleo, como as relações mercantis, como o processo de consumo, é que parecem ser determinantes. De fato, o modelo de desenvolvimento, iniciado no século XVII, na Europa, se baseou, sobretudo, no aumento das emissões de gás carbônico, como também, nos processos de transformação tecnológica dos usos do petróleo. O petróleo passou a ser fundamental da agricultura (agrotóxicos) à geração de energia. Praticamente inexistente um setor da economia no qual a presença do combustível fóssil não exista. A consequência desse modelo de desenvolvimento é o efeito das ações do homem sobre a natureza.

A natureza, ou o meio ambiente, deixou de ser vista como irmã, como parte integrante da teia da vida. Essa reinvenção do meio ambiente como recurso para as atividades econômicas, como mais uma mercadoria entre as outras, e não como um bem comum a ser usufruído por todas as pessoas, por todos os seres humanos e demais seres vivos, tornou a depredação, o desgaste e a exploração as marcas das relações entre ser humano e o meio ambiente. A resultante desse processo é a degradação do meio ambiente, como tal, que perde sua existência em extensão no planeta, com a extinção de flora e fauna, e entre a degradação do ambiente e das relações humanas, que ficam subordinadas exclusivamente à lógica da exploração e do desperdício. Esse modo de produção capitalista, baseado na economia do petróleo, tem gerado os gases que produzem o efeito estufa. Ou seja, há uma diminuição da camada de ozônio na atmosfera e isso gera o aumento do clima. A esse fenômeno dá-se o nome de mudança climática gerada por efeito da ação humana; efeito antrópico.

Justamente aqui se coloca a pergunta sobre a justiça ambiental. A

democratização do enfrentamento dos efeitos da ação do mercado irresponsável sobre o meio ambiente pode ou não gerar mais igualdade, mais participação democrática dos cidadãos e cidadãs? Já na década de 1960 foi percebido que fenômenos como a poluição se distribuem de forma desigual entre as populações dos países, afetando de forma mais grave às populações mais vulnerabilizadas, em geral se constituindo em uma espécie de racismo ambiental. Por racismo ambiental se compreende a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais em populações por recortes étnicos, tradicionais e de gênero. A percepção de iniquidades ambientais locais pode conduzir a luta por superação da crise ambiental com uma lógica de defesa dos direitos iguais para todos.

Reconhece-se que os países industrializados, mais ricos, são os principais responsáveis pelos efeitos poluidores que geram as mudanças climáticas. No entanto, são os países mais pobres que mais sofrem com os efeitos dessas mudanças, assim como no interior dos países as populações mais vulneráveis sofrem tais efeitos. Não há mais como lutar contra as desigualdades sociais sem lutar ao mesmo tempo contra as causas das mudanças climáticas, que tem sido gerada pela ação humana. Em especial, trata-se de fazer com que o Estado gere políticas públicas de controle e inibição dessas ações, por um lado. Por outro lado, tem a ver com a construção de uma rede de cidadania ativa, capaz de controlar socialmente esses processos, por meio da mobilização e organização populares, gerando pressão para denunciar e reverter omissões e ações do Estado e do mercado que provocam as causas das mudanças climáticas.

Justiça climática é algo que interessa a juventude por diferentes motivos. Primeiro não é apenas sobre mudança climática, senão sobre lutar contra a desigualdade entre o Norte industrial desenvolvido e o Sul do planeta, empobrecido à custa desse desenvolvimento – é uma luta planetária. Em segundo lugar, os jovens podem engros-

sar as lutas populares para o desenvolvimento da justiça climática. Abaixo listamos algumas causas que a Via Campesina apresenta como meios para alcançar a justiça climática, cada um deve pensar como adequar isso à sua realidade:

Defender os direitos da terra e das florestas – a terra e as florestas são nossos bens comuns, devemos rejeitar toda iniciativa que pretenda fazer com que venha a valer as reduções de emissões (REDD – redução de emissões por desmatamento e degradações), que no fundo legitimam o desmatamento.

Rechaçar ações de geoengenharia, tais como a proposta de biocarvão, que por meio de monoculturas transgênicas produziriam carvão vegetal, para gerar energia.

Rechaçar o mercado de carbono como via para um desenvolvimento limpo. No mercado de carbono o preço do carbono despenca, valorizando mais a poluição.

Rechaçar a participação do Banco Mundial na gestão dos fundos climáticos, porque isso serviria apenas para manter a exploração do Norte industrializado ao Sul.

Temos que pensar em ações efetivas que os jovens poderão desenvolver, como controle social do lixo, ações de prevenção a desastres ambientais, educação ambiental da juventude.

Alguns sites com informações interessantes são:

Vozes do Clima, sita da Fase:

<http://vozesdoclimabrasil.org/>

Rede Brasileira de Justiça Ambiental:

http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=2626

4. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA AS AÇÕES CULTURAIS

Se nós queremos construir uma ação cultural que possa ter visibilidade, que gere impacto, que as pessoas e nós possamos enxergar o que está acontecendo, é necessário estar atento para alguns pontos importantes.

- » Trabalhe com outros grupos e redes, bem organizado, fazendo uma coligação;
- » Envolver um grande número de grupos comunitários (pessoal das escolas, grupos culturais, grupos desportivos, sindicato, cooperativa, associação); •
- » Estabeleça metas e objetivos realistas;
- » Tenha um nome para essa coligação, além do nome do próprio grupo, crie uma identidade coletiva (Rede para...);
- » Verifique se @s membr@s e associad@s estão de acordo com o objetivo;
- » Estabeleça tarefas de curto prazo e objetivos de longo prazo.



Prepare:

- » Respostas às inquietações e dúvidas das pessoas; explique a importância da ação que irá desenvolver;
- » Deixe material informativo para as pessoas após as reuniões;
- » Prepare respostas que apoiem à causa que a ação se propõe a defender;
- » Reaja às críticas;
- » Procure manter a conversa sempre calma.

Eduque:

- » O próprio grupo;
- » O público para o qual o grupo dirige a ação;
- » As pessoas que na sua comunidade e município são responsáveis por políticas que deveriam suprir aquela necessidade;
- » Utilize os meios de comunicação existentes na comunidade para divulgar a ação que está realizando.

Estas orientações podem ajudar a uma ação ter um efeito mais percebido. É necessário estar sempre atento se estamos conseguindo avançar nessa direção.

Agir culturalmente é agir localmente, sempre procurando conferir um impacto. Uma diferença entre a situação que existia antes e a que passa a existir após a ação, com uma melhoria na qualidade da situação.

5. CONCLUÍNDO A CONVERSA

As ações culturais que planejamos realizar têm como perspectiva mudar a vida da juventude. Por isso, é importante termos consciência de que o jovem rural é portador de direitos. Então, como cidadãos, @s jovens precisam ser protagonistas no exercício desses direitos.

Assim, vamos concluir o trabalho nesta 2ª etapa refletindo um pouco sobre juventude e os direitos humanos. Vamos fazer isto coletivamente?

6. AVALIANDO A ETAPA DO CURSO

Trabalhamos bastante nessa etapa porque refletimos sobre duas ferramentas de trabalho: planejamento e monitoramento, a partir de uma prática concreta e, ainda, construímos coletivamente as ações culturais.

Agora, chegamos ao momento final e vamos avaliar esta etapa.

Facilitador orienta a dinâmica de avaliação;

A avaliação é socializada em plenário;

Conclui-se este momento com uma roda, onde os jovens cantam e dançam uma música que expresse o sentimento da avaliação.

Ficamos aqui nessa segunda etapa. Até a próxima!



Tarefas para serem realizadas até a próxima etapa:

- Buscar os apoios para a realização da ação cultural;
- Divulgar a ação cultural;
- Mobilizar outros jovens e moradores do bairro para participar da ação cultural;
- Realizar a ação cultural

Obs.:

O monitoramento de todos os passos deve ser realizado.

3ª. ETAPA DO CURSO DE AGENTES CULTURAIS JOVENS

1. ACOLHIDA

Os facilitador@s iniciam com as boas vindas a tod@s. Forma-se uma roda e é pedido que cada participante escolha uma forma criativa para compartilhar no centro da roda como cada um que está chegando e qual a motivação que traz para esta última etapa para ser acolhida e/ou reproduzida como espelho por todos.

2. RETOMANDO A CONVERSA

Estamos concluindo esta etapa do processo educativo multiplicador que iniciamos com a juventude. Foi mais uma proposta de formação, construída coletivamente, que teve um processo de ousadia e credibilidade nas ações pensadas, planejadas, realizadas e avaliadas, pelas moças e rapazes, comprometidas com um sonho de um mundo rural desenvolvido de forma sustentável e aberto à participação de todos os setores. Um mundo no qual à democracia fala mais alto. Um mundo da juventude.

A terceira etapa do curso tem como objetivo AVALIAR todo o processo educativo que foi realizado, aprofundando os resultados obtidos e desafios que a experiência revelou.

Nossa perspectiva inicial era construir com a juventude uma ampla visão sobre o que é uma ação cultural, como realizá-la. Queríamos ver como esta ação cultural contribuiria para uma ação cidadã e participativa, que cooperasse com o desenvolvimento sustentável da região. Procuramos pensar num processo no qual os jovens não apenas realizam ações, mas são @s criador@s e se apropriam das etapas da ação que realizam. No horizonte, o que

permite o engajamento e assegura a continuidade é a memória da luta social da região e a identidade em vista de um projeto político libertário.

Portanto, nesta terceira etapa, que conclui o curso e aposta na continuidade das ações da juventude, vamos olhar para estas experiências com óculos de lentes ampliadas e críticas, verificando até que ponto nossa perspectiva conseguiu ser concretizada. Vamos avaliar, também, como podemos construir um modelo de ação educativa, que perceba o processo de diagnóstico-planejamento-monitoramento - avaliação e celebração - como fundamental servindo de subsídio para outras ações multiplicadoras.

Na segunda etapa do nosso curso retomamos as ações que planejamos realizar e também discutimos sobre o CICLO DE PLANEJAMENTO. Refletimos que para realização de uma ação cultural, que tenha impacto, seriam necessários alguns passos, tais como: identificar os problemas e as necessidades; avaliar as potencialidades d@s jovens e as nossas capacidades; definir os objetivos e um Plano de Ação. E, ainda, debatemos sobre instrumentos de monitoramento das ações culturais planejadas.

Compreendendo melhor o significado do instrumento planejamento, conseguimos concluir o planejamento das ações culturais que iríamos realizar com a juventude, tendo mais clareza dos objetivos, das atividades, dos recursos e das ferramentas que iríamos necessitar para fazer o monitoramento das ações.

Ainda naquela etapa refletimos sobre algumas orientações para realização de uma ação cultural que gerasse impacto na comunidade. Para isto, refletimos sobre algumas metodologias, formas e ferramentas de trabalho, tais como: trabalho em grupos e em redes e preparação de algumas ações educativas. Por fim, concluímos aquela etapa resgatando a reflexão sobre juventude e direitos humanos, reforçando assim a perspectiva político-

pedagógica que buscamos imprimir as ações.

Pois bem, nesta terceira etapa, vamos **AVALIAR** as nossas ações e refletir mais sobre um instrumento necessário e fundamental para garantia dos resultados de nosso trabalho: a avaliação. Para isto, seguiremos alguns passos e iniciamos, na prática, o exercício pedagógico. Vamos lá!

3. REFLETINDO SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Para desenvolvermos um processo de avaliação das ações culturais é importante compreender o que é uma avaliação e alguns instrumentos pedagógicos que nos permitam realizar este processo.

Vamos conversar sobre o significado do processo de avaliação.

Facilitad@r orienta a leitura dinâmica do texto, a seguir:

3.1 - O que é Avaliação?

- » É a análise global, qualitativa e quantitativa, do processo de organização, elaboração e execução da atividade que realizamos;
- » A **AVALIAÇÃO**, portanto, enfoca as medidas de impacto da ação na comunidade, destacando as questões que nos propomos a modificar;
- » Por isto, avaliar está relacionado às estratégias gerais de ação do trabalho. O objetivo da avaliação é mensurar os resultados e produtos obtidos pelas experiências realizadas, relacionando com o diagnóstico da realidade, aos objetivos e as metas estabelecidas no início do processo.

Neste sentido, a dinâmica do processo de avaliação:

- » Está centrada nos resultados das ações;
- » Está relacionada com as metas e objetivos;
- » Quem realiza pode ou não ter sido parte do processo;
- » Expressa as brechas entre o planejado e o que foi alcançado.



Quanto à execução, podemos identificar diferentes maneiras de avaliar:

- » Avaliação interna: quando a equipe que executou a ação assume a tarefa de realizar o processo avaliativo;
- » Avaliação externa: quando é feita por pessoas que não participaram da ação. Aqui @s avaliador@s exercem papel especializado, geralmente de consultoria contratada;
- » Avaliação mista: é realizada pela equipe que executou a ação juntamente com avaliador@s externos. As duas equipes (interna e externa) trabalham juntas para alcançar um produto de melhor qualidade.

Um instrumento fundamental para um bom êxito da ação cultural que planejamos realizar é o monitoramento. Por isto mesmo, tratamos desse tema na 2ª etapa e elegemos algumas ferramentas para facilitar o processo de monitoramento. O monitoramento das ações durante todo processo de execução da atividade facilita muito a avaliação.

Então, não podemos esquecer que o monitoramento e a avaliação andam juntos. Ação cultural planejada é um processo e, na medida em que é um processo, precisa ser acompanhada de perto. E no final de sua execução tiramos as conclusões em relação ao que nos propomos quando fomos planejar.

Pois bem. Vamos avaliar as ações culturais que realizamos?

4. RESGATANDO E AVALIANDO O PROCESSO EDUCATIVO E AS AÇÕES CULTURAIS

O que vamos avaliar? Na segunda etapa iniciamos resgatando aquele conjunto de ações que a partir da primeira etapa elegemos realizar e planejamos cada um das ações nos municípios. Então, vamos resgatar o Plano de Ação dos municípios/bairros?

- » Facilitador/a, em plenária, resgata com o grupo o quadro abaixo:

Município Comunidade	
Tipo de Ação Cultural	
Objetivos da Ação Cultural	

Vale lembrar, que existem diferentes métodos e maneiras de realizar processos de avaliação, seja de trabalhos políticos, organizativos e educativos que realizamos, seja de ações culturais.

Para realizar a avaliação deste processo educativo e multiplicador que desenvolvemos com jovens, tanto dos momentos de capacitação interna (as etapas deste curso), quanto do desenvolvimento das ações externas com outr@s jovens (ações culturais na comunidade), utilizaremos uma metodologia de resgate do processo educativo para poder avaliarmos nossas práticas.

Para isto, vamos vivenciar a dinâmica da **ÁRVORE**, que ajuda a resgatar nossas experiências e olhar com novos óculos para os seus resultados e limites.

O facilitad@r orienta que cada grupo que realizou a ação cultural se reúna e desenhe uma árvore. Cada parte da árvore deverá conter os elementos de resgate do processo e avaliação, que são:

- » Na **RAIZ** da árvore serão recuperadas as ações e as atividades que foram planejadas e seus objetivos;
- » Nos **GALHOS E FOLHAS** da árvore serão colocados os que realmente os grupos conseguiram realizar e multiplicar;



- » Os **ESPINHOS** são as dificuldades e os desafios encontrados na realização do trabalho;
- » Os **FRUTOS** são os resultados e as coisas boas que frutificaram das ações:
 - Facilitad@r orienta que a visualização dos resultados tenha como referência, sobretudo, os objetivos das ações culturais.
- » E as **SEMENTES** são os desdobramentos e as novas ações que se geraram a partir de cada ação que realizamos.



Incluir o desenho de uma árvore no início e de suas partes em cada explicação oferecida, ou seja, quando falamos em raiz: colocar o desenho de uma raiz e assim sucessivamente para as folhas, frutos, espinhos e sementes.

Uma alternativa a esta metáfora é a dos automóveis em trânsito. No lugar da raiz, teríamos o **abastecimento** do carro. Galhos e folhas seriam substituídos pelo **signal amarelo**. O sinal desvio, indicaria as dificuldades no caminho, como os espinhos. O **signal vermelho** indicaria o que não foi realizado e havia sido planejado (é novo). Os frutos seriam substituídos pelo **signal verde**. E as sementes seriam substituídas por **setas**, indicando novos rumos.

Feito este resgate vamos aprofundar o processo da avaliação, nos detendo nos resultados, nas dificuldades, nos desafios e nos desdobramentos.

- » Facilitad@r orienta a divisão em cochichos, por ação cultural planejada e/ou realizada, para dialogar sobre as impressões acerca das diferentes experiências vivenciadas, aprofundando os elementos avaliativos das diversas ações culturais;
- » Plenária de apresentação dos cochichos e debates. Nesse cochicho, também, deve ser identificado o impacto da ação cultural em relação à implementação dos Dhesca (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) e dos Direitos da Juventude.
- » Facilitad@r: sintetiza os principais elementos, levando em conta: as dificuldades, os desafios, os resultados, os desdobramentos e as novas ações geradas.

5. CONSTRUINDO ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E ORGANIZATIVAS

Todo esse processo avaliativo aponta limites e resultados do conjunto de ações culturais que desenvolvemos. Porém, para além disto, precisamos tirar lições dessa experiência que orientem as nossas práticas políticas, organizativas e pedagógicas. Lições que ajudem a construir um modelo educativo de uma ação permanente com a juventude. E, também, que despertem a necessidade de criar novas modalidades formativas.

Por isto mesmo, a nossa tarefa agora é construir orientações metodológicas para práticas organizativas e educativas de trabalho com juventude, tendo como referência a experiência vivenciada.

- » **Facilitad@r:** entrega aos participantes cartões (tarjetas) e pincéis para que os mesmos, no livre pensar, sugiram orientações metodológicas;
- » **Plenária:** debate, acréscimos e consolidação das orientações.

6. AVALIANDO E CELEBRANDO

Vamos concluir este processo educativo avaliando o Curso de Multiplicadores e todo percurso metodológico dessas três etapas. Para isto, vamos construir uma nova árvore, que visualize os processos, objetivos e resultado dessa experiência.

Então, vamos fazer cochichos e cada cochicho vai construir um pedacinho da árvore.

- » Facilitad@r: lembra a raiz, os galhos e as folhas da árvore e;
- » Orienta 3 (três) cochichos: um para fazer os espinhos; um para fazer os frutos; e, outro para fazer as sementes;
- » Plenária: construção final da árvore e aprofundamento dos elementos avaliativos;
- » Facilitad@r sugere que o grupo também avalie o processo metodológico, o material pedagógico e os facilitador@s/educador@s.

Chegamos ao final não somente dessa etapa, mas de todo curso. Vamos então celebrar nossas vivências dançando na roda uma grande ciranda.

- » Facilitad@r: durante a dança vai sugerindo que cada participante diga uma palavra que simbolize o seu sentimento no momento;
- » A dança é encerrada com um abraço coletivo.

Ficamos por aqui. Um grande abraço!

ANEXOS



ANEXOS

Texto 1: Diagnóstico participativo

Por Quitéria Ferreira, Assistente Social e Educadora Popular.

O Diagnóstico Participativo é um dos métodos de investigação da realidade. Mas para entender em que consiste o método é importante termos a compreensão dos conceitos e elementos básicos que orientam qualquer método de diagnóstico social.

O que é diagnóstico?

- » Diagnosticar significa conhecer, levantar informações, pesquisar. Significa fazer uma avaliação de uma realidade determinada, baseada em dados e informações;
- » Diagnosticar implica: conhecer/pesquisar, interpretar e propor;
- » O objetivo do diagnóstico é gerar um novo conhecimento sobre um aspecto da realidade (realidade desconhecida e/ou que precisa aprofundar o conhecimento).



Elementos básicos de um diagnóstico

- » Expressa novas formas de conhecimento sobre as áreas específicas;
- » Deve ter um foco, um eixo orientador;
- » É Centrado na comprovação de algumas hipóteses/curiosidades;
- » Procura à relação entre os fatos, os processos sociais, sujeitos e referências conceituais;
- » Quem realiza pode ou não estar envolvido no processo (protagonista);
- » Problematisa, de modo a conseguir uma nova visão da realidade;
- » Mesmo focalizando objetivos delimitados tem relação com o todo.

Para elaboração de um diagnóstico é fundamental trabalhar algumas categorias ou conceitos elementares:

- » **Realidade:** aquilo que existe efetivamente, que é real, concreto;
- » **Sujeito social:** são as pessoas ou grupos que fazem parte da realidade que queremos conhecer. Pessoas ou grupos que, atuando na realidade, são capazes de transformá-la;
- » **Problema:** é um obstáculo que queremos conhecer ou enfrentar. É um pedaço inaceitável, para nós, da realidade que percebemos;
- » **Foco:** é um recorte da situação-problema que queremos conhecer;

- » **Potencialidade:** são as vocações, vantagens da realidade; capacidades dos sujeitos que, se dinamizadas, podem contribuir para superar os problemas.

Existem algumas questões chaves que orientam a elaboração de um diagnóstico, a saber:

- » Qual a situação-problema que quero conhecer?
- » Que informações preciso para conhecer a situação-problema?
- » Onde buscar as informações? Quais as formas de coleta?
- » Como sistematizar e disseminar as informações?

Uma das escolhas metodológicas para se realizar um diagnóstico, que prime pela participação dos sujeitos sociais no processo de coleta e análise das informações é o diagnóstico participativo.

O que é diagnóstico participativo?

- » Diagnóstico Participativo é um método utilizado para fazer levantamento da realidade local. Este levantamento, feito com a participação das lideranças locais, deve conter os principais problemas da localidade em todas as áreas (social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional);
- » O Diagnóstico Participativo deve captar também as potencialidades locais, ou seja, as vocações e as vantagens da localidade em relação a outros lugares. Porque são estas as potencialidades que devem ser dinamizadas para que a localidade possa superar os problemas identificados e atingir o desenvolvimento sustentável, caminhando com as próprias pernas.

Sem diagnóstico não se pode saber quais são as necessidades próprias de cada lugar e os programas oferecidos acabam sendo inadequados.

Para que serve o diagnóstico participativo?

Quando a comunidade está interessada em iniciar um projeto participativo, o agente de desenvolvimento, educador ou liderança que esteja facilitando do processo deve ajudar no sentido de se fazer uma análise da realidade da comunidade, focando o problema mais específico que a mesma quer resolver.

Esta análise ajudará a comunidade a compreender melhor sua situação. Permitirá identificar os problemas e obstáculos que impedem seu desenvolvimento, proporcionando os elementos para priorizar seus problemas.

Ademais, o diagnóstico servirá como base para o planejamento conjunto de atividades para melhorar a situação de vida da comunidade ou grupo.

Portanto, o processo de Diagnóstico Participativo serve para:

- » Possibilitar a tomada de consciência, tanto da comunidade como da entidade que realizando o diagnóstico, sobre os aspectos relacionados à sua realidade sócio-econômica, política e cultural;
- » Promover a participação de diferentes grupos comunitários nos espaços de elaboração de políticas públicas (em particular as mulheres, pessoas indigentes, jovens, negros);
- » Proporcionar uma base para a planificação de atividades educativas, organizativas e mobilizadoras;

- » Coletar dados que possam proporcionar uma base para o sistema de avaliação da realidade e proposição de políticas e projetos;
- » Contribuir para dar maior poder de decisão à comunidade.

Como se faz um diagnóstico participativo?

Uma análise participativa implica em num diálogo entre os membros da comunidade e o agente de desenvolvimento. Portanto, trata-se de um processo contínuo que requer tempo. Pode ser realizado num tempo curto de um a dois meses, mas pode tomar mais tempo, de acordo com os objetivos que se quer alcançar.

A informação para a análise participativa da realidade pode ser coletada de vários modos: entrevistas semiestruturadas, individuais ou de grupos, técnicas de visualização, observação participativa, análise das tradições culturais, oficinas e levantamentos. As informações também podem ser obtidas através das organizações comunitárias e de exercícios analíticos tais como: exercícios de ordenamento e confecção de calendários sazonais, mapas e análises de atividades diárias.

O facilitador do processo de diagnóstico deve ajudar a comunidade a resumir os resultados do diagnóstico, a discuti-los e a priorizar os problemas que surjam.

Dos resultados do diagnóstico inicial, realizado durante a fase preparatória, pode-se elaborar uma lista de verificação dos temas a serem considerados com a comunidade, dando particular atenção a qualquer aspecto que corresponda às famílias ou pessoas marginalizadas.

O diagnóstico pode ser realizado em qualquer época do ano. Com o fins de complementar e completar os resultados se pode coletar dados adicionais em outras fontes (IBGE, Secretarias de governos, Institutos, Pastorais, Entidades, ONGs, entre outras).

Qual a importância do diagnóstico participativo?

Os projetos participativos têm como meta principal apoiar grupos específicos na seleção de alternativas que assegurem melhoria da qualidade de vida da população.

Mediante um diálogo entre o facilitad@r e a população, os projetos participativos permitem aos usuários decidir que mudanças, inovações ou intervenções seriam mais adequadas para melhorar suas condições de vida.

As soluções podem ser mais apropriadas e eficazes quando se baseiam numa análise dos problemas pelas pessoas afetadas e em suas opiniões. No processo de análise participativa, os membros da comunidade participam na caracterização da realidade e na identificação das causas dos problemas relacionados, segundo sua própria compreensão da realidade. O papel da pessoa que está coordenando o processo de diagnóstico é de um facilitad@r.

Passos do diagnóstico participativo

- » Analisar a realidade econômica, social e cultural da comunidade;
- » Identificar os problemas existentes relacionados com as condições de vida;
- » Identificar as famílias vulneráveis relacionando-as a cada problema e determinar quais são as mais afetadas;
- » Ajudar as comunidades a priorizar seus problemas, identificando as causas e os efeitos;

- » Identificar as potencialidades da Comunidade e dos atores sociais;
- » Identificar a correlação de forças entre os grupos sociais e o poder local;
- » Identificar os aliados e parceiros;
- » Resumir e chegar a um acordo sobre os resultados do diagnóstico;
- » Análise dos resultados do diagnóstico;
- » Elaboração de proposições ou um Plano de ação para enfrentamento dos problemas.

Para finalizar, vale lembrar que existe uma diversidade de metodologias que permite aos grupos, organizações e comunidades discutirem seus problemas e definirem melhor as formas de enfrentamento dos problemas. Portanto, a metodologia do Diagnóstico Participativo é parte de um conjunto mais amplo de métodos que integram uma estratégia de intervenção social que primam pela participação popular.

Texto 2: Dhesca, direitos da juventude e justiça ambiental

por Jorge Atilio Silva Iulianelli, educador popular, filósofo, assessor em KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço.

Há diferentes abordagens sobre direitos. Os direitos são um campo de disputa política e depende dos interesses que estamos a defender. Será sempre uma questão se defendemos os direitos a partir dos interesses do Capital ou do Trabalho. Numa sociedade capitalista, como a nossa, essa contradição perpassa todas as relações sociais e políticas, até mesmo o campo dos direitos. Há uma longa trajetória da construção dos direitos humanos na sociedade mundial. Ela remonta ao mundo europeu dos séculos XV e XVI; ao momento de estabelecimento da sociedade burguesa, quando se rompia com os privilégios da nobreza feudal e se exigiam os direitos iguais para todas e todos.

Esta exigência dos direitos, como luta social e política, foi um processo tenso. E isso chegou ao século XX com várias indagações: se todas as pessoas têm direitos iguais, porque no mundo há tanta desigualdade social? Se todas as pessoas têm direitos iguais, porque no mundo há má distribuição da riqueza socialmente produzida? Se no mundo todas as pessoas têm direitos iguais, porque há tanta discriminação e preconceito? Discriminações de raça, de gênero, de geração? Intolerância religiosa? Enfim, as guerras do século XX mostraram que as várias raízes da violência social promovem a digladição. Nem forças de coesão social, como a religião, por exemplo, foram mais fortes que os interesses nacionalistas, fascistas, totalitários. E o resultado foi um conjunto de mortes violentas.

Por outro lado, as lutas pela descolonização na África, e as lutas pela redemocratização na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente, indicaram que havia um campo de direi-

tos civis e políticos que não deveriam ser esquecidos ou deixados de lado. Isso ratificava o papel da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que fora estabelecida em 1948, na Conferência da Organização das Nações Unidas, e que diz em seu primeiro artigo: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. (Leia a declaração universal, na íntegra, em www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php).

Aquela afirmação é a indicação de uma rota, de um destino, e não a constatação de uma situação existente. Por isso, depende de organização, mobilização e ações sociais de cada pessoa na sociedade – de cada um de nós. Nossas ações é que podem fazer com que os direitos venham a valer ou não. Na trajetória do século XX, especialmente a partir de 1993, após a Conferência de Viena, sobre os Direitos Humanos, passou-se a se afirmar mais a integralidade dos direitos, confirmando a unidade entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais. Na América Latina, juntamente aos três últimos agregou-se a afirmação dos direitos ambientais, e por isso temos a sigla Dhesca, direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Um caminho dos direitos econômicos, sociais e ambientais

Há que se observar que os Dhesca são direitos progressivos. Isso significa que a comunidade internacional reconhece que a implementação destes direitos se dá gradualmente, conforme a capacidade das sociedades fazerem com que eles se implementem. Por exemplo, o acesso à terra é um direito econômico. Sem terra o agricultor não pode cultivar e produzir. Porém, numa sociedade que a desigualdade marcou com a concentração fundiária temos um quadro com 60% das propriedades rurais nas mãos do latifúndio. Entre 1992 e 2003, o índice Gini nacional, que

mede a concentração de terra baixou de 0,826 para 0,816 - uma variação de -0,010. Este índice quanto mais próximo de 1,0 indica uma maior concentração de desigualdade.

Para superar as desigualdades econômicas, sociais, culturais e ambientais os movimentos sociais se organizam para promover os direitos humanos. Isso conquistou, por exemplo, na Constituição Federal, a proclamação dos direitos sociais, como consta no Art. 6º, que diz: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Ou seja, tudo isso tem que ser garantido para toda brasileira e todo brasileiro (estes direitos estão assegurados na sua comunidade?).

Situações	Direitos	Violações de Direitos
Direitos econômicos	- Acesso a postos de trabalho - Segurança Alimentar	- Desemprego - Fome na comunidade
Direitos Sociais	- Acesso à seguridade social	- Inexistência de pensões para viúvas
Direitos Culturais	- Acesso à escola - Acesso a áreas de lazer	- Falta de vagas nas escolas públicas - Inexistência de áreas de lazer
Direitos ambientais	- Acesso a um meio ambiente seguro	- Uso intensivo de agrotóxicos

Os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais devem ser implementados. O principal agente para a sua implementação é o Estado, nas suas diferentes instâncias executivas, federal, estadual e municipal. Nós, cidadãs e cidadãos, precisamos nos organizar para fazer com que esses direitos possam ser efetivados em nossa vida cotidiana. Como? Formando grupos para estudar quais direitos são esses, criando instrumentos para monitorar a implementação desses direitos, acessando os legislativos para que monitorem a efetivação desses direitos e, até, entrando em contato com grupos que tratam disso no Brasil. Indicamos aqui dois deles:

- Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH): www.mndh.org.br;
- Plataforma PIDESC, www.dhescbrasil.org.br, neste sítio há uma cartilha sobre o direito ao alimento e à terra rural, muito interessante para estudo e aplicação.

Sobre os direitos da juventude

Na conquista de direitos os movimentos sociais, também, tem se organizado geracionalmente. Em muitos dos movimentos sociais a presença da juventude questionou o fato de não lidarmos com os direitos específicos desse segmento social. Isso se dá por alguns motivos. Em primeiro lugar, no Brasil há um contingente expressivo de pessoas na faixa etária de 15-24 anos. Nas duas últimas décadas houve um crescimento significativo dessa população, por um efeito do decréscimo de nascimentos e aumento da expectativa de vida, confluindo assim para que essa faixa etária crescesse. Em segundo lugar, há um fenômeno brasileiro terrível, uma parte dessa juventude tem sido assassinada, é de fato este segmento a principal vítima da violência letal por armas de fogo – em especial, @s jovens que tem entre 15-24 anos, e são negros, das periferias urbanas e rurais. Muito embora, sobre

esse fato, deva-se registrar o aumento das mortes entre adolescentes de 12 a 18 anos, grupo para o qual se prevê 13 assassinatos por dia entre 2010-2015! Um terceiro fato, é que esse segmento tem uma participação significativa na economia nacional, quer como produtores – ainda que com menor significância, nesse caso – quer como consumidores.

Ou seja, quer pela expressiva quantidade, quer pela necessidade social de segurança humana, quer pela presença no mercado a juventude é um setor extremamente importante para o Brasil. Isto no presente. Não se trata de pensar: a juventude é o futuro da nação. Esta juventude é o presente do dia a dia. E isto reclama a afirmação de direitos. As juventudes no Brasil têm se organizado das mais diferentes maneiras. Isso tem gerado uma abertura política para a sua expressão. A tal ponto que o governo federal criou a Secretaria Nacional da Juventude (www.juventude.gov.br). E o Brasil já teve a sua primeira Conferência nacional da juventude, que aconteceu em 2008. Para esta secretaria se criou um Conselho Nacional de Juventude, que é um órgão de participação de juventude para o monitoramento e a promoção de políticas públicas para a juventude. Uma das questões a serem discutidas é a inclusão dos direitos da juventude na Constituição Federal, para isso é necessária uma emenda constitucional, e depois teremos que monitorar a regulamentação da mesma. Além disso, há que muito que lutar para que os direitos da juventude camponesa esteja presente nestes debates. Ou seja, há muito que fazer. Como? Estudando documentos, conversando com amigos, participando de redes. Aqui, para auxiliar nas conversas, recomendamos quatro sítios sobre o assunto:

- **Rede Ecumênica da Juventude pelos Direitos da Juventude, REJU:** www.redeecumenicadajuventude.org.br;
- **Blog Palavra de Jovem Rural:** www.palavradejovemrural.blogspot.com;
- **Rede de Jovens do Nordeste:** www.rjne.blogger.com.br;
- **Conselho Nacional de Juventude:** www.juventude.gov.br/conselho.

E a justiça ambiental?

Para a juventude a questão ecológica é fundamental. Observamos que no nosso mundo há a construção da injustiça ambiental. Os países ricos do hemisfério norte, depois de terem devastado as suas florestas, e manterem um nível de consumo que explora sem medidas o combustível fóssil, poluem o planeta. Para os países pobres, do norte e do sul, deixaram um legado de um mundo poluído, em risco ambiental, com dificuldades em relação à capacidade de conservação dos mananciais de água potável para todas e todos, dentre outras graves questões.

Nossa questão é como diminuir o impacto dessas consequências, a partir das ações dos jovens? Como construir uma consciência ecológica em favor da justiça ambiental? Eis um sítio para pesquisar sobre o tema

Rede Brasileira de Justiça Ambiental:

www.justicaambiental.org.br

Texto 3: Desenvolvimento rural sustentável e solidário e justiça ambiental

Por Jorge Atilio Silva Iulianelli, educador popular, filósofo, assessor em KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço.

No mundo é uma questão qual o modelo de desenvolvimento se deseja seguir. Em geral, o tema do desenvolvimento esteve vinculado à noção de crescimento econômico. Isso levava a ter como principal critério de avaliação do desenvolvimento de um País o aumento do índice do produto interno bruto (PIB), que é uma maneira de medir o crescimento da riqueza socialmente produzida. Quanto maior o PIB de um país, mais desenvolvido ele seria. Por quê? Porque esse País teria mais riqueza. Porém, essa riqueza é acumulada ou partilhada? A sociedade tem acesso aos bens e serviços que são produzidos, ou só alguns na sociedade? Essas perguntas não incomodavam aos que mediam o desenvolvimento dessa maneira.

Isso levou a muitos debates sobre as relações entre desenvolvimento e direitos humanos. No interior dos movimentos sociais do campo se elaborou uma perspectiva de desenvolvimento que inclui o cuidado com o meio ambiente, com relações sociais de produção justas – com inclusão de gênero e geração, com defesa dos Dhesca. Atualmente, com a política nacional de territórios, implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e outros ministérios, o tema do desenvolvimento sustentável e solidário no mundo rural tem alguns destaques, tais como, acesso à terra; reforma agrária; soberania alimentar e nutricional – que implica em novos paradigmas de produção agrícola, sem o uso de agrotóxicos, etc.

Vocês já conversaram sobre esses temas? :

Desenvolvimento: É a construção de condições de vida que sejam dignas para todas e todos, com a possibilidade de meios de sobrevivência dignos e com a remuneração do trabalho e da produção justa e adequada;

Rural: É ter como meta prioritária o desenvolvimento do campo, para o benefício da vida dos camponeses, atendendo em primeiro lugar às necessidades de sobrevivência da família camponesa, em solidariedade com o abastecimento para as coletividades urbanas.

Sustentável: É ter como meta do desenvolvimento a capacitação humana para as atividades laborais, sociais e culturais. Além disso, trata-se de um modelo de desenvolvimento que não destrói ou corrompe o meio ambiente, mas cria meios de convivência adequados, justos e equilibrados com este. Desenvolvimento sem tornar o meio ambiente insustentável, agredindo-o de tal maneira que ele também nos agrida.

Solidário: É ter como meta o desenvolvimento que beneficia a coletividade, não apenas a alguns indivíduos, de forma privilegiada. Todas e todos têm que poder gozar dos benefícios do desenvolvimento

Como é possível observar, existe uma relação muito direta entre o desenvolvimento rural sustentável e solidária e a justiça ambiental. Para ter uma sociedade ambientalmente justa o modelo de desenvolvimento que escolhemos para a nossa comunidade, para o nosso País. Esta é uma decisão política. É uma decisão que envolve questões como: de que modo nos organizamos para produzir nossas culturas? Quais as culturas que produzimos e como produzimos? Que acesso temos aos mercados? E, claro, questões como: os direitos das crianças e adolescentes são preservados em nosso modo de produzir? As mulheres são tratadas de modo equitativo nas relações sociais de produção? Por meio do desenvolvimento rural sustentável e solidário podemos construir maior justiça ambiental para todas e todos. Ou seja, podemos superar dilemas como o racismo ambiental, que muitas vezes impede o reconhecimento de comunidades tradicionais, em especial, os quilombolas. Podemos superar violências como a de assassinatos de camponeses que lutam pelo direito do acesso à terra e à reforma agrária. Podemos lutar contra a criminalização dos movimentos sociais do campo. Como podemos fazer isso? Estudando em grupos, organizando nossas comunidades, mobilizando nossas forças sociais. Indicamos aqui dois sítios para mais informações sobre estes temas.

Assim, com alguma clareza, se pode identificar como as ações culturais contribuem para atingir essas metas.



Por isso, sugerimos que em cada etapa verifique-se isso, que se questione:

- » Nossa ação favorece ao fortalecimento e melhoria da organização das comunidades camponesas? Dos pequenos produtores? Da agricultura familiar?
 - » Nossa ação favorece a um desenvolvimento que garante maior segurança alimentar e hídrica para a comunidade?
 - » Nossa ação favorece a maior participação política e sindical dos camponeses?
 - » Nossa ação contribui para disseminar informações sobre os malefícios do agrotóxico e os benefícios da agroecologia (agricultura orgânica)?
-
- » **CONTAG: www.contag.org.br**
 - » **MST: www.mst.org.br**
 - » **CPT: www.cptnac.com.br**



Instrumento 1: Roteiro para o Relatório do Diagnóstico Participativo do Curso de Agentes Culturais Jovens

1. Responsável pelo Diagnóstico:
2. Município:
3. Comunidade:

Tabela 1

Município Comunidade	
Faixa etária	
Grau de escolarização	
Em que trabalham	
Formas de se divertir	
Organizações que participam	

Explicando a Tabela:

No campo Faixa etária, devem ser indicadas as quantidades de jovens distribuídas nas seguintes faixas etárias: 15 a 19; 20 a 24; 25 a 32.

No campo escolarização, devem ser indicadas as quantidades de jovens distribuídas nas seguintes classes: Não alfabetizado; Educação básica completa (1º. ao 9º ano); Educação básica incompleta; Ensino Médio completo (1ª a 3ª série); Ensino médio incompleto; Ensino superior completo; Ensino Superior incompleto.

No campo, em que trabalham, as quantidades devem ser distribuídas em atividade agrícola sem carteira assinada na agricultura familiar, atividade agrícola sem carteira assinada, atividade agrícola com carteira assinada, atividade não-agrícola com carteira assinada, atividade não-agrícola sem carteira assinada, sem atividade.

No campo formas de se divertir, devem ser distribuídas quantidades para: barzinho com bebida alcoólica; barzinho sem bebida alcoólica; bailes de forró; bailes funk; esportes coletivos; e outros (indicar quais).

Organizações que participam, devem ser distribuídas em sindicatos de trabalhadores rurais, associações de produtores rurais, cooperativas rurais, clubes, igrejas, outros (indicar quais).



Tabela 2

Município Comunidade	
Problemas prioritários	
Formas de enfrentar os problemas	
Potencialidades	

Explicando a Tabela

No campo Município/Comunidade deve-se indicar o local que é pesquisado;

No campo Problemas prioritários, devem se elencar os problemas indicando as quantidades de pessoas que os indicaram;

No campo formas de resolver os problemas, deve-se indicar as quantidades de referências às formas de solução existentes (organizações que já existem e podem até ser aliadas na construção da ação cultural). Atenção: pode haver mais que uma forma de solução para cada problema indicado e isto deverá aparecer neste quadro.

No campo potencialidades, devem-se indicar quais ações ou recursos desenvolvidos na comunidade podem contribuir para a solução dos problemas indicados (espaços existentes, pessoas capacitadas em ensinar a fazer uma determinada ação, etc).

Instrumento 2: Instrumento de Monitoramento dos Dhesca durante o processo de planejamento, execução e avaliação da ação cultural

Por Jorge Atilio Silva Iulianelli, educador popular, filósofo, assessor em KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço.

Como saber se o nosso planejamento, execução e avaliação da ação cultural permitem promover os Dhesca? Este é o objetivo desse instrumento. É um instrumento simples, para aplicação direta ao projeto que se pretende desenvolver. Supõe a leitura do texto e anterior sobre o tema, a visita a algum daqueles sítios eletrônicos, a conversa em grupo, perguntas aos monitores presenciais e usando meios de comunicação eletrônica. Portanto, é para ser usado mesmo.

Para o planejamento

A questão básica é saber se o OBJETIVO da Ação Cultural proposta contribui para a efetivação de algum, ou alguns, direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Atenção! A Ação Cultural pode contribuir para um ou mais direitos de um ou mais desses campos. Como podemos checar isso?

1º Passo – Devemos perguntar se algum Dhesca é violado em nossa comunidade e se o nosso objetivo procura contribuir para superar a violação desse direito.

Por exemplo, constatamos que os jovens não têm acesso à terra, há um Dhesca violado. Então, o nosso objetivo vai indicar que de alguma forma contribuiremos para superar essa violação.

2º Passo – Devemos verificar se o objetivo que apresentamos trabalha com a superação da causa da violação.

Por exemplo, se nosso objetivo afirma que vamos contribuir para que os jovens tenham acesso à terra, pode ser muito amplo; talvez a gente deva avaliar: é necessário denunciar existência de latifúndios; é necessário formar grupos de jovem saber para acessar o crédito fundiário; é necessário formar grupos que ingressem nos movimentos sociais do campo de luta em favor da reforma agrária;

Na execução da Ação Cultural temos que verificar se nela a gente contribui para que os Dhesca sejam promovidos. Como?

1º Passo – A realização da nossa ação permitiu que a comunidade refletisse sobre os Dhesca? Em caso afirmativo, como foi isso?

2º Passo – A realização da nossa ação mobilizou a comunidade para superar a violação de algum Dhesca? Que produto essa mobilização gerou?

Por exemplo, no caso da negação do acesso à terra para a juventude, pode ser que se promova um debate sobre agricultura familiar e processo sucessório, e se discuta como os filhos de uma família de agricultores familiares pensa o futuro dos filhos como agricultores e como os filhos se pensam, ou não, no trato da terra. E o resultado pode ser um manifesto dos jovens agricultores familiares sobre o processo sucessório na agricultura familiar, com recomendações ao governo para facilitar o acesso à terra para estes jovens.



3º Passo – A realização da nossa ação efetivou algum Dhesca? Em caso afirmativo, qual?

Por exemplo, pode ser que nossa ação tenha indicado mecanismos de uso de equipamentos de cultura e lazer, que pode se tornar uma política pública do município.

E como poderíamos checar na avaliação se nossa Ação Cultural contribuiu para a efetivação de algum Dhesca?

Único Passo – Podemos buscar quantificar as pessoas que participaram efetivamente de conversas sobre os Dhesca e que passaram a ter mais informações sobre eles; e, também, podemos verificar se a qualidade dos Dhesca existentes antes da Ação Cultural foi melhorada. Isso nos permitirá ter dados quantitativos e qualitativos sobre o resultado da ação em relação aos Dhesca.



Instrumento 3: Instrumento de Monitoramento dos Direitos da Juventude durante o processo de planejamento, execução e avaliação da ação cultural

Por Jorge Atilio Silva Iulianelli, educador popular, filósofo, assessor em KOINONIA

– Presença Ecumênica e Serviço.

Como saber se o nosso planejamento, execução e avaliação da ação cultural permitem promover os Direitos da Juventude? Este é o objetivo desse instrumento. É um instrumento simples, para aplicação direta ao projeto que se pretende desenvolver. Supõe a leitura do texto e anterior sobre o tema, a visita a algum daqueles sítios eletrônicos, a conversa em grupo, perguntas aos monitores presenciais e usando meios de comunicação eletrônica. Portanto, é para ser usado mesmo.

Para o planejamento

A questão básica é saber se o OBJETIVO da Ação Cultural proposta contribui para a efetivação de algum, ou alguns, direitos de juventude. Atenção! A Ação Cultural pode contribuir para um ou mais direitos de um ou mais desses campos. Como podemos checar isso?

1º Passo – Devemos perguntar se algum Direito de Juventude é violado em nossa comunidade e se o nosso objetivo procura contribuir para superar a violação desse direito.

Por exemplo, constatamos que os jovens não têm acesso à transporte público escolar gratuito, há um Direito de Juventude violado. Então, o nosso objetivo vai indicar que de alguma forma contribuiremos para superar essa violação.

2º Passo – Devemos verificar se o objetivo que apresentamos trabalha com a superação da causa da violação.

Por exemplo, se nosso objetivo afirma que vamos contribuir para que os jovens tenham acesso ao transporte público escolar gratuito, pode ser muito amplo; talvez a gente deva avaliar: é necessário denunciar existência de transporte de baixa qualidade; é necessário formar grupos de jovens que saibam cobrar na câmara dos vereadores e no Ministério da Educação e é necessário formar grupos que ingressem nos movimentos sociais do campo de luta em favor da educação do campo;

Na execução da Ação Cultural temos que verificar se nela a gente contribui para que os Direitos da Juventude sejam promovidos. Como?

1º Passo – A realização da nossa ação permitiu que a comunidade refletisse sobre os Direitos da Juventude? Em caso afirmativo, como foi isso?

2º Passo – A realização da nossa ação mobilizou a comunidade para superar a violação de algum Direitos da Juventude? Que produto essa mobilização gerou?

Por exemplo, no caso da baixa qualidade do transporte público escolar gratuito para a juventude, pode ser que se promova um debate sobre os fundos públicos para este serviço com a prefeitura municipal. E do debate surja um termo de ajuste de conduta da prefeitura, a partir dos jovens.

3º Passo – A realização da nossa ação efetivou algum Direito da Juventude? Em caso afirmativo, qual?

Por exemplo, pode ser que nossa ação tenha indicado um mecanismo de uso de equipamentos de cultura e lazer, que pode se tornar uma política pública do município. Ou ainda, que por meio dessa Ação Cultural cheguemos a ter a indicação de elaboração de uma política para a melhoria do transporte público do município.

E como poderíamos checar na avaliação se nossa Ação Cultural contribuiu para a efetivação de alguns Direitos da Juventude?

Único Passo – Podemos buscar quantificar as pessoas que participaram efetivamente de conversas sobre os Direitos da Juventude e que passaram a ter mais informações sobre eles; e, também, podemos verificar se a qualidade dos Direitos da Juventude existentes antes da Ação Cultural foi melhorada. Isso nos permitirá ter dados quantitativos e qualitativos sobre o resultado da ação em relação aos Direitos da Juventude.

Instrumento 4: Como mensurar os efeitos das ações para as mudanças climáticas?

Exemplos de construção de instrumento a partir de um item dos ciclos:

Lixo

Acúmulos de lixo em canais de águas pluviais, encostas, etc – principal causa: descarte aleatório de lixo nas ruas -> ausência de depósitos de lixo nas vias públicas -> distância temporal na coleta do lixo -> ausência de coletores e canaletas de águas pluviais -> falta de limpeza periódica das canaletas e coletores de águas pluviais -> de falta de dragagem em canais e rios ->

Ação Individual	Poder Público	Resultados
Dispensar lixo aleatoriamente Próximo a canaletas, coletores de águas pluviais e canais e rios.	Coleta não periódica e falta de ações de manutenção e controle de instalação e limpeza de canaletas, coletores de águas pluviais, canais e rios.	Inundações, enchentes, desastres ambientais.
Possível ação para mitigação		Resultado esperado
Sinalizações para evitar o despejo de lixo aleatório; divulgação dos horários de coleta; instalação de depósitos públicos de lixo.	Periodização da coleta de lixo, periodização da limpeza de canaletas, coletores.	Diminuição do risco de desastres ambientais.

Como o instrumento mediria ações para que ocorresse o resultado esperado?

Aplicar o questionário aos jovens da área em que a ação acontece, sobre as condições do bairro/comunidade, antes da ação acontecer e depois da ação acontecer para verificar as mudanças ocorridas.

Instrumento para mensuração de ações para mitigar efeitos de mudanças climáticas.



Ênfase 1 – Lixo – prevenção dos riscos de desastres – inundações e enchentes

No seu bairro/comunidade existem canaletas e/ou coletores de águas fluviais?

- Sim Não

No seu bairro existem ações para que haja canaletas e/ou coletores de águas fluviais?

- Sim Não

No seu bairro as pessoas jogam lixo nas proximidades das canaletas e/ou coletores de águas fluviais?

- Sim Não

No seu bairro/comunidade ocorrem inundações devido o entupimento de canaletas e/ou coletores de águas fluviais?

- Sim Não

Em caso afirmativo, qual o grau das inundações?

- Baixo Médio Alto Enchentes

Existe coleta de lixo regular nas proximidades de canaletas e/ou coletores de águas pluviais no seu bairro/comunidade?

- Sim Não

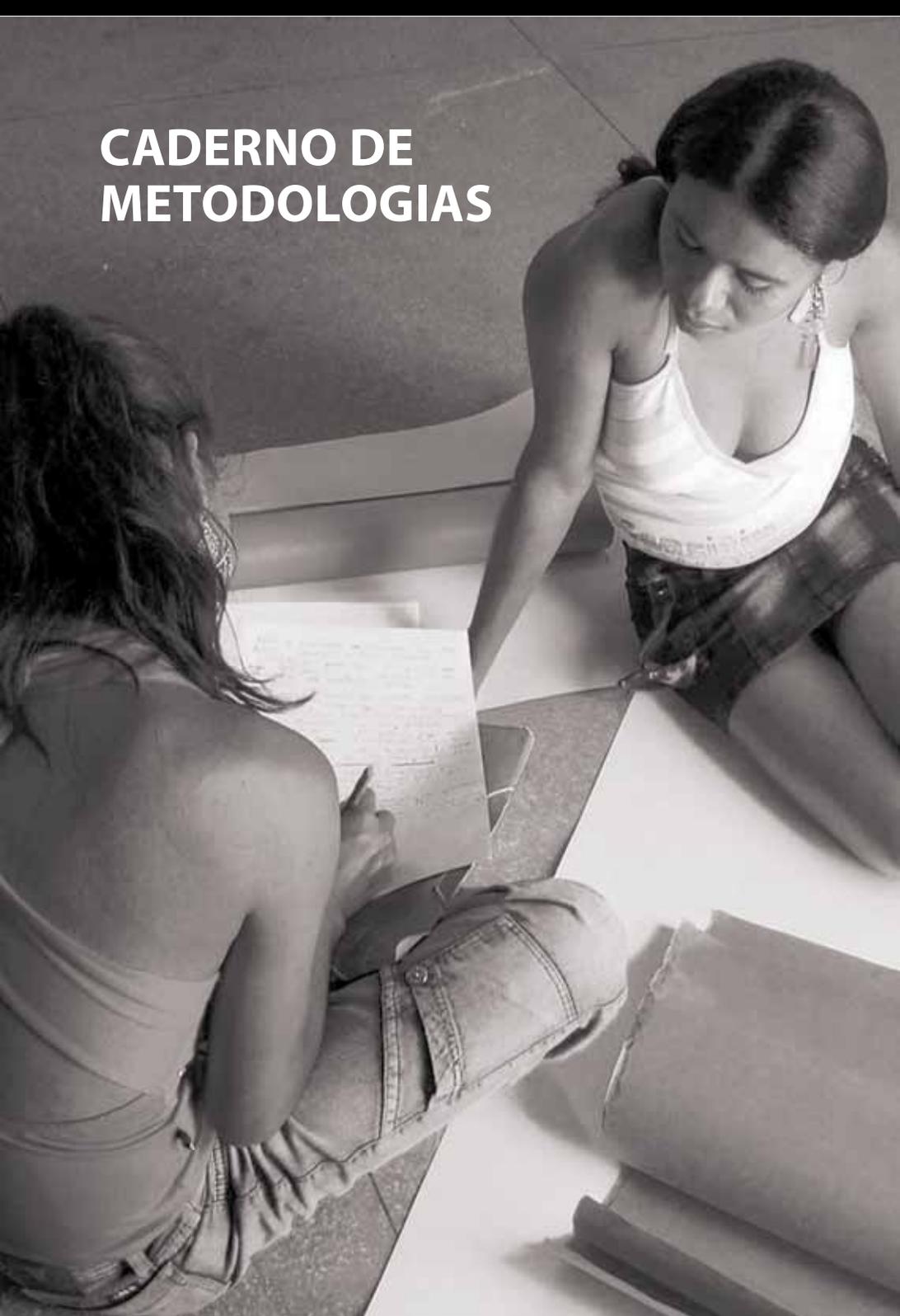
Em caso afirmativo, a regularidade tem qual periodicidade?

- Diário Semanal Quinzenal Mensal

Diário

Quais ações seu grupo de juventude realizou/realizará para mitigar os efeitos das mudanças climáticas agravados com o depósito de lixo em canaletas e/ou coletores de águas pluviais?

CADERNO DE METODOLOGIAS



Índice

INTRODUÇÃO	86
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE ATIVIDADES EDUCATIVAS	88
1.1 Curso	88
1.2 - Seminário	90
1.3 - Oficina	90
1.4 - Encontro	91
1.5 - Reuniões	91
1.6 - Simpósio	92
1.7 - Painel	92
1.8 – Workshop/laboratório	92
2. TÉCNICAS FACILITADORAS DO PROCESSO EDUCATIVO	95
2.1 Técnicas ou procedimentos metodológicos para construção do perfil ou identidade do grupo	96
2.1.1- A viagem de trem	96
2.1.2 - As fontes	97
2.1.3 - Fazendo cabeças	98
2.1.4 - A Roda	99
2.2 -Técnicas ou procedimentos metodológicos que ajudam nos processos de resgate de experiências e de avaliação	100
2.2.1- A árvore	100
2.2.2 - Álbum de retratos ou fotográfico	100
2.2.3 - O rio	101
2.3 Técnicas ou procedimentos metodológicos que ajudam nos processos de planejamento	102
2.3.1 - Os pés	102
2.3.2 - As escadas	102
CONCLUSÃO	103
Fontes:	103

CADERNO DE METODOLOGIAS

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, educadores e educadoras, assessores e assessoras, grupos e organizações diversas vêm trabalhando com processos educativos numa perspectiva multiplicadora. Vêm investindo na formação de militantes, lideranças, dirigentes, educadores populares, enfim, pessoas que possam disseminar e socializar idéias, conhecimentos, práticas e experiências e, sejam capazes de contribuir no aperfeiçoamento dos processos educativos e organizativos em suas localidades.

No caso específico da região do Submédio São Francisco, uma das estratégias de ação que vêm sendo desenvolvida pelo Pólo Sindical através de seu Departamento de Jovens - e KOINONIA, é a formação de jovens para desenvolverem ações políticas, organizativas, educativas e mobilizadoras nos 13 municípios de base de atuação do Pólo. Ações que são desenvolvidas através dos sindicatos, das associações rurais, das cooperativas, dos grupos de jovens e do próprio Departamento.

Através do fortalecimento do Coletivo do Departamento de Jovens , Pólo Sindical e KOINONIA têm investido em várias frentes de trabalho com a juventude camponesa. Mas, especificamente no campo da formação sistemática, têm investido na capacitação dos membros do Coletivo, com objetivo de transformar estas pessoas em um grupo de multiplicadores, que seja capaz de desenvolver outras atividades educativas com seus grupos e outras organizações, construindo seus jeitos próprios de serem educadores e educadoras populares.

Este processo educativo tem como perspectiva estratégica o fortalecimento da Educação Popular. A educação Popular

entendida como um processo de formação que se dá dentro de uma opção política de classe e com vinculação orgânica com os movimentos populares. Assim, o objetivo do Pólo e KOINONIA, ao investirem em formação de multiplica dores, não restringe a prática educativa nela mesma, visando apenas que os jovens se tornem mais capazes. Consiste, sobretudo, em apostar num fazer educativo contínuo, que tem como horizonte fortalecer um projeto coletivo de construção de uma nova sociedade. Ou seja, da formação ser uma ferramenta que pode ajudar aos grupos que lutam ou querem lutar e acreditam que “um novo mundo é possível”.

No desenvolvimento do trabalho educativo com os jovens do Coletivo do Departamento temos feito o exercício de produzir alguns subsídios para as atividades, seja para o próprio Coletivo, seja para o trabalho com os jovens nos municípios. Esta cartilha tem o intuito de servir de subsídio para uma oficina que será realizada com os membros do Coletivo do Departamento, que tem como tema central Metodologia no Processo Educativo com Jovens.

A oficina tem como objetivos discutir a concepção metodológica da Educação Popular e também trabalhar alguns exercícios práticos de como realizar algumas atividades educativas que são comuns no cotidiano das organizações populares.

Assim, esta cartilha trata de costurar algumas idéias sobre o que são e como organizar algumas atividades, a saber: curso, oficina, seminário, encontro, reunião e, traz ainda, algumas dicas sobre procedimentos utilizados na dinâmica de organização e desenvolvimento dessas atividades educativas. Por fim, a cartilha recupera algumas técnicas que podem ser utilizadas como percurso metodológico para: construção do perfil de grupos, trabalhar com construção da identidade, avaliar, resgatar experiências e realizar planejamentos.

Vale ressaltar, que a cartilha não tem a pretensão de ser um manual fechado, com definições conceituais e dinâmicas, separando de forma estanque conteúdo e método. Isto seria uma compreensão meramente técnica de metodologia, contraditória com a própria perspectiva de Educação Popular que buscamos consolidar. A cartilha busca ser um instrumento pedagógico, facilitador de alguns processos de capacitação, que contribua para que os jovens tomem-se multiplicadores de diferentes ações educativas. Enfim, busca constituir-se um instrumento que ajude aos jovens na tarefa de educadores populares, entendendo que os fins políticos estão presentes nas ações formativas.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE ATIVIDADES EDUCATIVAS

As atividades de formação que são mais comuns nas organizações e movimentos populares são cursos, oficinas, seminários, encontros e reuniões, mas existem outras atividades que também podem ser implementadas. Se atividades educativas forem bem planejadas, executadas e avaliadas, seu sucesso pode ser maior.

As atividades formativas têm algumas características comuns e outras diferentes e, muitas vezes, podem ser feitas de forma simultânea e combinada. Observem algumas semelhanças e diferenciações das atividades educativas abaixo, que são essenciais para a formação do grupo de multiplicadores.

1.1 Curso

O Curso constitui-se uma atividade formativa de aprofundamento de conteúdos, essencialmente centrada na socialização e construção de informações práticas e conhecimentos.

O curso tem objetivos claros e quem planeja tem previsto alguns resultados que quer alcançar ao final. A metodologia do curso pode ser criativa, mas ela tem que permitir trabalhar os conteúdos, a priori definidos, e buscar alcançar os resultados almejados.

Algumas características do curso: é centrado num tema específico; o educador e/ou assessor é o principal responsável pelo desenvolvimento do conteúdo, portanto tem que dominar o tema e os procedimentos metodológicos.

O curso permite a construção coletiva do saber e pode ser desenvolvido de forma participativa, contanto que garanta espaço para o aprofundamento dos temas em estudo e debate.

O curso, por ser uma atividade mais centrada, deve ter um número limitado de participantes. O ideal seria não ultrapassar 30 pessoas, mas existem experiências com número maior.



1.2 - Seminário

O Seminário é uma atividade formativa de debate e troca de conhecimentos entre os participantes sobre um tema específico. Necessariamente o seminário não tem que chegar a definições ou conteúdos amarrados. Tem um caráter mais aberto, de reflexão e discussão de uma problemática ou tema.

Algumas características: o educador ou assessor pode não dominar o tema com profundidade, mas tem que apresentá-lo justificando a importância; o educador ajuda na condução, reflexão e seleção dos conteúdos a serem melhor pontuados no debate; o educador coordena, sintetiza e focaliza as debilidades e fortalezas das questões, distinguindo questões polêmicas e consensuais; no seminário pode ter expositores e debates para tratar dos temas. Os participantes também debatem as temáticas.

O seminário pode ter um número maior de pessoas, desde que haja uma organização do tempo x as temáticas debatidas x número de pessoas.

1.3 - Oficina

A oficina constitui-se uma atividade formativa que prima pela criatividade do grupo e busca a construção dos conteúdos pelos participantes. Tem uma linha temática e metodológica orientadora com objetivos a serem alcançados, porém os resultados não são precisos, visto que os mesmos devem ser fruto do processo de construção coletiva e vivência grupal;

Características: tem um caráter prático; seu objetivo é a geração de um produto final; o educador orienta metodologicamente e potencializa a criatividade do grupo, concentra-se em um tema específico; o educador deve dominar, minimamente, a temática para ajudar no processo de construção.

A oficina é uma das atividades formativas mais desafiantes no sentido de motivar, instigar e inspirar a criatividade. Geralmente numa atividade como esta lança-se mão de músicas, teatros, mímicas, imagens, pinturas, desenhos, técnicas de relaxamento e integração, expressão corporal, entre outros recursos. O aprofundamento e o estudo temático também podem ocorrer numa oficina, porém, o modo de fazê-lo deve ser inovador e criativo.

Por ser um espaço de construção coletiva de práticas, conhecimentos, experiências, conteúdos, sentidos, enfim, espaço de criar e recriar sabe-res, a oficina deve ter um número limitado de público. O ideal é entre 15 a 25 participantes.

1.4 - Encontro

O Encontro é uma atividade de debate de temas, de experiências e/ou de proposições. Caracteriza-se, sobretudo, como um evento que ao final tira-se definições, diretrizes, encaminhamentos e deliberações. Os processos institucionais de avaliação, elaboração de planos, plataformas e planejamentos, comumente, são feitos em encontros. Além do educador ou dirigente para coordenar os trabalhos é também necessário que tenha um relator, para anotar e sistematizar as proposições e conclusões que são formuladas ao final.

1.5 - Reuniões

É uma atividade rápida, que tem como objetivo informar, debater e propor assuntos com um grupo de pessoas. A reunião exige a presença de um coordenador, que pode ser um educador ou outra pessoa - dirigente, liderança, pessoa pública.

A reunião é um meio de comunicação muito utilizado nas comunidades rurais.

1.6 - Simpósio

É uma atividade formativa composta de uma série de breves apresentações sobre diferentes aspectos de uma mesma problemática. A finalidade do simpósio não é chegar a conclusões, mas permitir esclarecimentos sobre o assunto em debate.

O Simpósio pode ter vários expositores, a depender dos enfoques da temática em debate. O educador exerce o papel de coordenador e facilitador nos momentos das apresentações e do debate. Ele não tem a responsabilidade de dominar o assunto, mas conduzir metodologicamente o evento.

1.7 - Painel

É uma forma de apresentar um tema para debate, seja para um público reduzido, seja para uma grande plenária. Contribui para analisar uma problemática ou um tema de forma mais aprofundada.

Características: o painel é composto por um grupo de pessoas, selecionadas, seja por serem mais especializadas na matéria em questão, seja por estarem interessados em estudar o assunto, seja por representarem pontos de vistas antagônicos; não tem por finalidade chegar a uma solução, embora possa produzir conclusões; o educador exerce o papel de mediador e coordenador do evento.

1.8 – Workshop/laboratório

É uma atividade de estudos e debates que tem como objetivo melhorar a habilidade ou eficiência de um grupo sobre uma temática específica. Geralmente tem a orientação de um ou mais especialistas na questão estudada.

Tem uma natureza prática, visando melhorar a ação do grupo para a aplicabilidade do que foi estudado. O nome Workshop quer dizer “lugar de trabalho”.

Os Workshop mais comuns são de avaliação, de metodologia, de especialização temáticas e de pesquisas.

Para realização da maioria das atividades de capacitação o educador(a) tem um papel muito ativo, sobretudo de cumprir algumas fases.

Antes da atividade:

- » Analisar a necessidade da capacitação;
- » Selecionar o tipo de atividade, de acordo com os resultados que se quer obter;
- » Preparar o programa adequando objetivos, conteúdos, metodologia, público e tempo da atividade;
- » Selecionar os instrumentos facilitadores e o material didático Articular o público e o local da atividade;
- » Fazer o orçamento e verificar como providenciar os recursos.

Durante a atividade:

- » Implementar a atividade, realizando, se necessário, ajustes na programação de acordo com as sugestões dos participantes;
- » Manter um clima favorável entre os participantes;
- » Primar pelos princípios da democracia e da construção coletiva do saber na relação educador/educando;

- » Proporcionar instruções precisas durante o uso dos equipamentos e instalações;
- » Viabilizar momentos de avaliação.

Depois da Atividade:

- » Analisar as avaliações da atividade, procurando redimensionar as demais atividades de acordo com os resultados obtidos;
- » Elaborar um relatório final do evento;
- » Verificar a necessidade de continuidade do processo educativo; Elaborar instrumentos de acompanhamento das ações que venham a ser desenvolvidas pelos participantes (verificar a - utilização do que foi aprendido).
- » O êxito de uma atividade educativa depende de uma série de fatores:
 - » Da motivação, interesse e estímulo dos participantes;
 - » De uma boa comunicação entre o educador e educandos;
 - » Do esforço conjunto de educador e educandos para atingir os resultados desejados;
 - » De re-alimentar o processo de aprendizagem, favorecendo que cada pessoa sinta-se sujeito deste processo;
 - » De considerar, profundamente, a realidade do público;
 - » Da busca da re-significação de práticas, atitudes, representações e comportamentos que fazem parte das nossas vidas.

2. TÉCNICAS FACILITADORAS DO PROCESSO EDUCATIVO

Na realização de atividades educativas, principalmente em encontros, cursos e oficinas, é importante a utilização de procedimentos metodológicos ou técnicas que são facilitadoras do percurso que buscamos construir.

Existem técnicas/dinâmicas que cumprem objetivos específicos para aquele momento: apresentação dos participantes, integração do grupo, animação, mas que não tem o intuito de favorecer a abordagem das temáticas.

As técnicas que tratamos nesta cartilha têm um caráter diferente. Trata-se de caminhos ou procedimentos metodológicos que sugerem uma forma de abordagem dos conteúdos ou das práticas, a partir das diferentes expressões dos participantes, onde o jeito de fazer também revele uma forma de ver e agir. São vivências metodológicas que permitem discutir a temática e/ou trabalho sob vários enfoques ou viés de leituras.

As técnicas que resgatamos podem servir para construção do perfil da identidade do grupo; para fazer diagnóstico rápido da realidade que queremos tratar, para resgatar experiências; para avaliar; e para planejar.

2.1 Técnicas ou procedimentos metodológicos para construção do perfil ou identidade do grupo

2.1.1- A viagem de trem

O educador@ entrega a cada participante uma folha grande de papel (madeira ou 40K) e um pincel e pede para os mesmos imaginarem que aquele papel é um vagão de trem. Sugere que eles imaginem que a militância tem sido uma grande viagem, reflitam sobre algumas questões e coloque no seu vagão. As questões são:

Quanto tempo faz que viajo (tempo de militância)?

Que estações passei que mais me marcaram (organizações, movimentos, grupos)?

Que estação parei (movimento ou entidade que faz parte hoje)?
Que trago na bagagem (experiências, lembranças, imagens, pessoas, fatos, questões, desafios, etc)?

Que deixei para trás (entidades, limites, desafios, pessoas, práticas, família etc)?

Qual será a próxima estação (sonhos e perspectivas)?

Em seguida, cada participante apresenta o seu vagão, formando um grande trem. @ educad@r sintetiza os principais elementos do perfil do grupo (tempo de militância, os movimentos que aparecem, as principais experiências); elementos de identidade e diferenças; questões e desafios, entre outros elementos que interessem para o processo educativo que está sendo implementado. A depender dos objetivos que se quer alcançar com este processo de vivência, a construção do trem pode ser curta ou longa.

No momento que os participantes tiverem construindo seus vagões pode ser colocado fundo musical, com músicas que fale de trem.

2.1.2 - As fontes

O educador(a) entrega uma folha de papel grande (40k ou madeira) para cada participante e um pincel, em seguida sugere que eles resgatem as principais referências ou os elementos que contribuíram para construir sua identidade como militantes ou participantes de movimentos. Para isto, reflipam sobre algumas fontes:

- Que acontecimentos?
- Que pessoas?
- Que movimentos ou entidades? Que livros?
- Que músicas?
- Que lembranças?

Marcaram minha vida e contribuíram para formação de minha identidade como militante ou participante de movimentos?

Durante o tempo que os participantes estiveram refletindo sobre as fontes pode ser colocado um fundo musical, com músicas que fale ou lembre de água.

Ao final, os participantes apresentam as fontes (de forma escrita, pintada ou desenhada) com as respostas para questões acima. O educador faz a síntese, separando os elementos comuns e diferentes, que conformam a identidade daquele grupo.

2.1.3 - Fazendo cabeças

O educador(a) coloca a disposição do grupo diversos materiais didáticos (papel, pincéis, lápis de cores, revistas, jornais, bolas de sopro, cola, tesoura) sugerem que eles construam ou desenhem a CABEÇA. Quando estiverem fazendo a cabeça reflitam sobre as seguintes questões:

O que faz a minha cabeça para entrar no movimento?

Há quanta tempo a minha cabeça foi feita?

O que continua fazendo a minha cabeça para continuar na militância?

Depois, os participantes apresentam as cabeças, falam de suas movimentações e o educador(a) sintetiza os principais elementos que foram revelados.



Esta técnica pode ser adaptada para trabalhar um conteúdo específico, exemplo: o que faz a minha cabeça para trabalhar com juventude? O que faz a “linha cabeça no trabalho que desenvolvo nas áreas de sequeiro?

2.1.4 - A Roda

O educador(a) entrega aos participantes três círculos (rodas) de cartolinas de tamanhos diferentes - um pequeno, um médio e um grande. Entrega também um pincel e pede para eles refletirem sobre algumas questões e colocarem nas rodas:

- » Circulo pequeno: como roda a minha vida de militante em uma semana?
- » Circulo médio: como rodou a minha vida de militante neste ano?
- » Circulo grande: como rodou a minha vida de militante nos últimos anos?

Depois, os participantes apresentam as várias rodas e o educador(a) vai ajudando a sintetizar e a refletir sobre os elementos de continuidade e de rupturas que vão aparecendo. Reflete também sobre os elementos de identidade coletiva que vão aparecendo.

Nesta técnica pode ser utilizada um fundo musical enquanto os participantes vão construindo as rodas, a exemplo da música de Chico Buarque, que diz “Roda mundo, roda gigante, roda moinho roda pião...”



2.2 -Técnicas ou procedimentos metodológicos que ajudam nos processos de resgate de experiências e de avaliação

2.2. 1- A árvore

O(a) educador(a) divide os participantes em grupos, por finalidade, e pede para eles resgatarem e avaliarem a experiência e/ou trabalho, entregando aos mesmos várias partes para construção de uma árvore. Na árvore os grupos vão colocar:

Na raiz: as atividades planejadas ou as principais ações e elementos que ajudaram a enraizar a experiência ou trabalho;

- » Galhos e folhas: as ações desenvolvidas a partir da raiz
- » Espinhos: dificuldades e desafios
- » Frutos: os resultados adquiridos com o desenvolvimento do trabalho;
- » Sementes: os desdobramentos da experiência ou trabalho, que podem gerar novos frutos.

Em seguida, os grupos se apresentam, formando no final uma grande árvore. O educador media o debate, procurando sintetizar os elementos comuns e diferentes do processo de avaliação e/ou resgate da experiência.

2.2.2 - Álbum de retratos ou fotográfico

O(a) educador(a) entrega a cada participante um papel grande em branco e deixa a disposição do grupo vários materiais para pintura (pincéis, lápis, tintas). Em seguida, pede para que cada um “pinte o retrato” da experiência ou trabalho que está sendo avaliado/resgatado.

Depois, os participantes vão apresentando cada retrato e formando um álbum. O educador ajuda a mediar a reflexão, extraindo os principais elementos que foram sendo levantados durante as apresentações.

Esta técnica pode ser utilizada também para iniciar a reflexão de uma temática específica, quando o educador faz a opção metodológica de iniciar fazendo um diagnóstico da realidade. Exemplo: numa atividade sobre Conselhos, sugerir que os participantes pintem o retrato de como está a atuação dos Conselhos em seus municípios.

2.2.3 - O rio

O(a) educador(a) coloca no meio da sala, num grande painel, o desenho de um rio, lembrando onde aquele rio (pode ser uma organização, experiência, trabalho) nasceu e quais as características. Em seguida, pede que os participantes se aproximem do rio e, de forma escrita, pintada ou desenhada, coloque:

As águas que rolaram no rio (fatos, momentos históricos, as lutas);

Principais pessoas que beberam da água do rio (lideranças, dirigentes, assessores, segmentos);

Águas amargadas (limites, enfrentamentos, desafios, oposições) ações, novas lideranças, etc.

Após a construção coletiva do rio, as pessoas vão falando espontaneamente do que expressou do rio. O educador(a) tem o papel de mediar a reflexão para ir juntando os elementos comuns das falas, bem como de complementar com elementos que não foram apresentados pelos participantes.

2.3 Técnicas ou procedimentos metodológicos que ajudam nos processos de planejamento

2.3.1 - Os pés

Inicialmente o educador(a) traz para o grupo vários pés, resgatando os passos que foram dados no trabalho até aquele momento. Depois, entrega aos participantes cartolinas, tesouras e pincéis, para que os mesmos construam novos pés, ou seja, sugiram novos passos (linhas de ação, eixos, objetivos estratégicos) que podem ser dados na caminhada.

Em seguida, os participantes apresentam os pés e o educador(a) vai arrumando por blocos comuns de sugestões. Abre o debate para definições de prioridade, mediando e fazendo ponderações acerca da viabilidade das propostas apresentadas. Pode ser feita a seguinte dinâmica: pezinho pra frente (as sugestões que podem ficar), pezinho pra trás (aquilo que ainda não é possível ser realizado). No final, o grupo constrói as balizas gerais que vão nortear o processo de planejamento.

2.3.2 - As escadas

O(a) educador(a) sugere um cochicho, para que os participantes definam as Metas do planejamento, perguntando: onde queremos chegar? (último degrau da escada)

Os cochichos se apresentam e, no debate coletivo, são definidas as principais metas. Em seguida, os participantes voltam aos cochichos para definir os outros degraus que vão formar a escada, respondendo a seguinte questão:

Que degraus (ações estratégicas) preciso realizar para construir a Escada e alcançar o último degrau (metas)

Concluída as ações, o educador orienta as demais etapas do processo de planejamento.

Estas são apenas algumas técnicas que resgatamos nesta Cartilha, com o objetivo de subsidiar os grupos de jovens em suas atividades educativas. Vale lembrar, que cada técnica pode ser modificada, recriada, adaptada para outra finalidade, enfim, no processo educativo tudo pode ser reinventado, depende da criatividade do educador(a).

CONCLUSÃO

O processo educativo que vem sendo desenvolvido com a juventude rural tem procurado favorecer espaços, onde os jovens estudam, discutem, trocam experiências, exercitam construção de novas práticas, criem e recriem conhecimentos, intenções e práticas, enfim, favorecer espaços de construção, socialização e reconstrução do saber.

Esperamos que esta Cartilha cumpra esta finalidade. Deve ser mais um instrumento pedagógico facilitador do processo educativo que estamos construindo e que tem uma perspectiva estratégica: que a juventude rural, seja da área irrigada ou de sequeiros, fortaleça suas formas de organização e dê continuidade as lutas das gerações anteriores. Que os jovens busquem e consolidem um projeto de desenvolvimento para a região, que seja inclusivo, solidário e sustentável econômico e socialmente.

Fontes:

Desenhos: Cartilha "Desenhos N° 02" - Produção do Setor de Comunicação da Arquidiocese de Vitória - ES

Fotografia: Arquivo Pólo Sindical do Submédio São Francisco

Esta cartilha foi produzida em 2012
no Rio de Janeiro pela KOINONIA
- Presença ecumênica e serviço
utilizando-se as fontes Myriad e
Futura em papel reciclado 90g/m².

Realização:



KOINONIA

Presença Ecumênica e Serviço

actaliança

www.koinonia.org.br

Apoio:



KIRKENS NØDHJELP

actalliance

www.nca.no



**OPERASJON
DAGSVERK**

www.od.no

